MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto – PR, 01 de setembro de 2026.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA PARA CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DA LEI 14.133/21

Secretaria/Setor: Secretaria Municipal de Administração

Responsável pela Solicitação: Marcelo Felipe Schmitt

Email:administração@planalto.pr.gov.br

☐ CONVITE ☐ PREGÃO ☐ TP
LICITAÇÃO Nº: 86 / 2026
SOLICITAÇÃO: 86 / 2026
PROCESSO(S): 171 / 2026
172 / 2026

Justificativa da Demanda:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores municipais que atuam diretamente nos processos de licitações e contratações administrativas, considerando a constante evolução da legislação, da jurisprudência e dos entendimentos dos órgãos de controle relacionados à matéria.

A participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas" proporcionará aos participantes acesso a conteúdo atualizados, debates e orientações acerca de temas relevantes relacionados ao planejamento das contratações, procedimentos licitatórios, gestão e fiscalização contratual, aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais aspectos relacionados à adequada condução das contratações públicas.

A capacitação constitui medida relevante para o fortalecimento da gestão pública, contribuindo para a melhoria da qualidade dos processos administrativos, para a adoção de procedimentos mais eficientes e seguros e para a redução de riscos de erros, irregularidades e apontamentos pelos órgãos de controle.

Além disso, a participação em evento especializado possibilita a atualização dos conhecimentos dos servidores diante das constantes alterações e dos novos entendimentos aplicáveis às contratações públicas, permitindo o compartilhamento de experiências e boas práticas com profissionais e representantes de outros órgãos e entidades públicas.

A participação dos servidores possibilitará o acesso a conteúdos atualizados e à troca de experiências com profissionais de outros municípios, fortalecendo a capacidade técnica da equipe e contribuindo para a melhoria da qualidade e da eficiência promovendo a segurança jurídica dos processos licitatórios.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR.

2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ITEM	OBJETO	QTD	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR. Servidores participantes: Carla Sabrina Rech Malinski – Gestora de Contratos; Fernanda Scherer Marzec – Pregoeira/Agente de Contratação; Patrique Mattos Drey – Procurador Jurídico Municipal.	03	UN	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00

Valor total da contratação R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).

Marcelo Felipe Schmitt
Secretária Municipal de Administração

Autorizo a abertura do processo:

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 077/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e tem por finalidade caracterizar a necessidade administrativa, avaliar a solução disponível e demonstrar a viabilidade da contratação pretendida, em observância à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ao Decreto Municipal nº 5.582, de 02 de janeiro de 2024.

1.2. O estudo busca identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade apresentada pelas Secretarias requisitantes, considerando os aspectos técnicos, econômicos e administrativos relacionados à contratação.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Secretaria Municipal de Administração.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores municipais que atuam diretamente nos processos de licitações e contratações administrativas, considerando a constante evolução da legislação, da jurisprudência e dos entendimentos dos órgãos de controle relacionados à matéria.

4.2 A participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas" proporcionará aos participantes acesso a conteúdo atualizados, debates e orientações acerca de temas relevantes relacionados ao planejamento das contratações, procedimentos licitatórios, gestão e fiscalização contratual, aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais aspectos relacionados à adequada condução das contratações públicas.

4.3 A capacitação constitui medida relevante para o fortalecimento da gestão pública, contribuindo para a melhoria da qualidade dos processos administrativos, para a adoção de procedimentos mais eficientes e seguros e para a redução de riscos de erros, irregularidades e apontamentos pelos órgãos de controle.

4.4 Além disso, a participação em evento especializado possibilita a atualização dos conhecimentos dos servidores diante das constantes alterações e dos novos entendimentos aplicáveis às contratações públicas, permitindo o compartilhamento de

006093

experiências e boas práticas com profissionais e representantes de outros órgãos e entidades públicas.

4.5 A participação dos servidores possibilitará o acesso a conteúdos atualizados e à troca de experiências com profissionais de outros municípios, fortalecendo a capacidade técnica da equipe e contribuindo para a melhoria da qualidade e da eficiência promovendo a segurança jurídica dos processos licitatórios.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

a) realização de evento presencial nos dias 23, 24 e 25 de setembro, no Grand Carimã Resort Convention Center, localizado na Av. das Cataratas, 4790, Vila Carimã município de Foz do Iguaçu-PR com carga horária total de 21 horas-aula;

b) adequação da linguagem e da condução às características do público participante;

c) execução presencial por profissionais devidamente qualificados para a realização do objeto;

d) manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução contratual;

e) cumprimento das demais obrigações estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

f) Ficarão a cargo da Contratada todas as despesas, diretas e indiretas, relativas à apresentação, materiais utilizados, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto contratado.

g) A contratação terá vigência de 03 (meses) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESCOLHA DA SOLUÇÃO

6.1 Para atendimento da necessidade de capacitação e atualização dos servidores municipais que atuam direta ou indiretamente nas áreas de licitações e contratos administrativos, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis no mercado, buscando identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

6.2 No mercado de capacitações voltadas à Administração Pública, verificam-se, de maneira geral, as seguintes possibilidades:

a) Realização de cursos ou treinamentos in company: consiste na contratação de profissional ou empresa especializada para ministrar capacitação exclusivamente aos servidores do Município, de forma presencial ou on-line. Embora essa alternativa permita a personalização do conteúdo e a participação de maior número de servidores, sua contratação pode envolver custos adicionais relacionados a honorários, deslocamentos, hospedagem e demais despesas do profissional, além de não proporcionar a mesma diversidade de palestrantes, temas e troca de experiências proporcionada por eventos de maior abrangência.

b) Participação em cursos e capacitações na modalidade on-line: apresenta como vantagens a redução de despesas com deslocamento e hospedagem e maior facilidade de participação. Entretanto, embora seja uma alternativa válida para determinados conteúdos, a modalidade possui dinâmica distinta de um evento presencial, especialmente quanto à interação direta com especialistas, esclarecimento de dúvidas, debates, compartilhamento de experiências e integração com gestores e profissionais de outros órgãos públicos.

c) Participação em congressos, seminários e simpósios presenciais promovidos por instituições especializadas: essa alternativa possibilita o acesso concentrado a diferentes temas relacionados às contratações públicas, apresentados por profissionais com experiência e atuação na área, além de proporcionar atualização quanto às práticas administrativas, interpretações jurídicas e entendimentos aplicáveis às licitações e contratos.

6.3 Após a análise das alternativas, verificou-se que a participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a ser realizado nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, mostra-se a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada pela Administração.

6.4 O evento será promovido pelo Instituto AGP, inscrito no CNPJ nº 51.684.924/0001-95, e contará com a participação de profissionais e especialistas de reconhecida atuação na área de licitações, contratos administrativos e gestão pública, possibilitando aos servidores municipais contato com conteúdo atuais e relevantes para o desempenho de suas atribuições.

6.5 Dessa forma, após a análise das soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a participação dos servidores municipais no referido Simpósio constitui a alternativa que melhor atende à necessidade administrativa, considerando a pertinência temática, a qualidade técnica da programação, a diversidade de profissionais participantes, a possibilidade de atualização dos conhecimentos e a relação entre os benefícios esperados e os custos envolvidos na contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A contratação compreenderá o fornecimento das inscrições e o acesso dos participantes à programação oficial do evento, incluindo as atividades de capacitação, palestras, exposições e demais conteúdos disponibilizados pela organização, conforme as condições estabelecidas para o simpósio.

7.2 A solução tem como finalidade proporcionar aos servidores municipais a oportunidade de aperfeiçoamento e atualização profissional em temas relacionados às licitações, contratos administrativos e gestão pública, especialmente diante da constante evolução da legislação, da jurisprudência e dos entendimentos dos órgãos de controle.

7.3 A participação no evento possibilitará o contato com profissionais e especialistas com experiência na área, bem como a troca de conhecimentos e experiências com outros

agentes públicos, contribuindo para o aprimoramento das práticas adotadas no âmbito municipal.

7.4 Assim, a solução proposta atende integralmente à necessidade identificada pela Administração, uma vez que proporciona capacitação especializada de forma concentrada, permitindo que os conhecimentos adquiridos sejam posteriormente aplicados nas atividades desenvolvidas pelos servidores e nos procedimentos de contratação realizados pelo Município, contribuindo para maior eficiência, segurança e qualidade na gestão dos recursos públicos.

8. DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

8.1 A capacitação será promovida pelo Instituto AGP, inscrito no CNPJ nº 51.684.924/0001-95, instituição especializada na realização de eventos de capacitação voltados à Administração Pública, e contará com a participação de profissionais e especialistas de reconhecida atuação em âmbito nacional, com experiência e conhecimento técnico nas áreas de licitações, contratos administrativos e gestão pública.

8.2 A escolha da contratada fundamenta-se, inicialmente, na relevância do conteúdo ofertado no Simpósio, o qual aborda de forma técnica e especializada inovações, novas soluções para as compras públicas, marketplace, boas práticas e tendências além de proporcionar aos servidores do Departamento de Licitações networking com profissionais e gestores de todo o país.

9. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

9.1 A presente contratação será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

9.2 No presente caso, pretende-se a contratação de 03 (três) inscrições para participação de gestores municipais no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", evento de capacitação voltado ao aperfeiçoamento e à atualização de agentes públicos em matéria de licitações, contratos administrativos e gestão pública.

9.3 A contratação direta decorre da inviabilidade de competição relacionada à participação no evento específico, considerando suas características próprias, sua programação, os temas abordados e o corpo de profissionais e especialistas responsáveis pela capacitação. A Administração não busca simplesmente a aquisição genérica de um serviço de treinamento, mas a participação em evento determinado, com conteúdo, programação, palestrantes e metodologia previamente definidos pela entidade promotora.

9.4 O evento será promovido pelo Instituto AGP, inscrito no CNPJ nº 51.684.924/0001-95, instituição responsável pela organização e realização do simpósio, não sendo possível

substituir o evento por outro fornecedor sem modificar a própria solução pretendida pela Administração.

9.5 A programação do simpósio contempla conteúdos diretamente relacionados às atividades desenvolvidas pelos gestores municipais, possibilitando a atualização de conhecimentos e o aperfeiçoamento das práticas administrativas relacionadas às contratações públicas, o que demonstra a pertinência entre o objeto da contratação e a necessidade administrativa identificada.

9.6 Dessa forma, considerando as características específicas do evento, a inviabilidade de competição para a contratação da participação no referido simpósio e o enquadramento da capacitação como serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, mostra-se juridicamente cabível a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os demais requisitos legais aplicáveis à contratação direta.

10. ESTIMATIVA DA DEMANDA

10.1. A demanda estimada compreende:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR. Servidores participantes: Carla Sabrina Rech Malinski – Gestora de Contratos; Fernanda Scherer Marzec – Pregoeira/Agente de Contratação; Patrique Mattos Drey – Procurador Jurídico Municipal.	03	UN

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A proposta comercial apresentada pelo Instituto AGP, inscrito no CNPJ nº 51.684.924/0001-95 estabelece o valor de R$ 3.690,00(três mil seiscentos e noventa reais) por inscrição, totalizando R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).

11.2. Para aferição da compatibilidade do valor proposto, foi realizada pesquisa de preços, considerando contratações de serviços de natureza semelhante, bem como os valores praticados pela própria contratada.

11.3. A pesquisa realizada contemplou documentação comprobatória dos valores semelhantes das inscrições para o Simpósio, em observância ao disposto no art. 23, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece parâmetros para a comprovação da compatibilidade dos preços nas contratações diretas.

11.4. A partir dos elementos coletados na pesquisa de preços, verificou-se que o valor se mostra compatível com os valores praticados para serviços de natureza semelhante, não evidenciando sobrepreço em relação aos parâmetros analisados.

12. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

12.1. Não se recomenda o parcelamento do objeto em contratações distintas, pois as seis palestras integram uma mesma proposta, possuem o mesmo tema, conteúdo e metodologia e foram estruturadas para serem realizadas pela mesma profissional.

12.2. O fracionamento entre diferentes profissionais poderia comprometer a uniformidade da abordagem e descaracterizar a solução específica pretendida pela Administração.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

13.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto.

14. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

14.1. A Lei nº 14.133/2021 prevê, em seu art. 12, inciso VII, a elaboração de plano de contratações anual, quando adotado pelo ente.

14.2. Considerando as informações apresentadas pela Administração, o Município de Planalto/PR encontra-se em processo de estruturação e elaboração do Plano de Contratações Anual, devendo a presente contratação ser registrada e compatibilizada com o instrumento de planejamento, conforme sua situação vigente e os procedimentos internos aplicáveis.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

15.1. Com a contratação, pretende-se:

a) ampliar os conhecimentos dos participantes acerca da legislação, dos procedimentos e das boas práticas aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos;

b) proporcionar atualização quanto aos entendimentos, orientações e tendências relacionadas às contratações públicas;

c) aprimorar a atuação dos servidores municipais no planejamento, condução e acompanhamento das contratações;

d) contribuir para a adoção de procedimentos administrativos mais eficientes, seguros e alinhados à legislação vigente;

e) reduzir a ocorrência de falhas e inconsistências nos processos de contratação, contribuindo para a prevenção de riscos e de possíveis apontamentos pelos órgãos de controle;

f) promover o compartilhamento de experiências e boas práticas com outros profissionais e agentes públicos participantes do evento;

g) possibilitar que os conhecimentos adquiridos sejam aplicados nas atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, contribuindo para o aprimoramento dos processos internos;

16. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

16.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda o decreto municipal nº 5584 de 02 de janeiro de 2024 que regulamenta a gestão do contrato, vide Art. 92, inciso XVIII da Lei N° 14.113/2021.

17. IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviço de palestras presenciais, não são previstos impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação.

17.2. Sempre que possível, deverão ser adotadas medidas de racionalização no uso de materiais impressos, energia elétrica e demais recursos utilizados na realização das atividades.

18. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

18.1 Diante da análise realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de 02 (duas) inscrições para participação de gestores municipais no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas".

18.2 A solução mostra-se adequada para atender à necessidade de capacitação e atualização dos servidores municipais, contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades relacionadas às licitações, contratos administrativos e gestão pública.

18.3 O valor proposto foi considerado compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa realizada, e os riscos identificados são passíveis de mitigação.

Assim, considerando a necessidade administrativa, a adequação da solução e a compatibilidade do preço, declara-se viável a presente contratação, observados os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Planalto/PR 01 de setembro de 2026.

MARCELO FELIPE SCHMITT
Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO:

1.1. Secretaria Municipal de Administração.

2. OBJETO:

2.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA:

3.1. Marcelo Felipe Schmitt.

4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores municipais que atuam diretamente nos processos de licitações e contratações administrativas, considerando a constante evolução da legislação, da jurisprudência e dos entendimentos dos órgãos de controle relacionados à matéria.

4.2 A participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas" proporcionará aos participantes acesso a conteúdo atualizados, debates e orientações acerca de temas relevantes relacionados ao planejamento das contratações, procedimentos licitatórios, gestão e fiscalização contratual, aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais aspectos relacionados à adequada condução das contratações públicas.

4.3 A capacitação constitui medida relevante para o fortalecimento da gestão pública, contribuindo para a melhoria da qualidade dos processos administrativos, para a adoção de procedimentos mais eficientes e seguros e para a redução de riscos de erros, irregularidades e apontamentos pelos órgãos de controle.

4.4 Além disso, a participação em evento especializado possibilita a atualização dos conhecimentos dos servidores diante das constantes alterações e dos novos entendimentos aplicáveis às contratações públicas, permitindo o compartilhamento de experiências e boas práticas com profissionais e representantes de outros órgãos e entidades públicas.

4.5 A participação dos servidores possibilitará o acesso a conteúdos atualizados e à troca de experiências com profissionais de outros municípios, fortalecendo a capacidade técnica da equipe e contribuindo para a melhoria da qualidade e da eficiência promovendo a segurança jurídica dos processos licitatórios.

8 2026

000010

5. DA MODALIDADE:

5.1. A Lei de Licitações nº14.133/2021 traz em seu texto disposições sobre a inexigibilidade de licitação. A inexigibilidade de licitação ocorre quando a competição é inviável, seja por características singulares do objeto a ser contratado ou pela natureza especial do contratado, conforme disposto no Art. 74:

> Art. 74: É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> Inciso III, alínea "f", parágrafo 3º - III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

6. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

ITEM	OBJETO	QTD	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR. Servidores participantes: Carla Sabrina Rech Malinski – Gestora de Contratos; Fernanda Scherer Marzec – Pregoeira/Agente de Contratação; Patrique Mattos Drey – Procurador Jurídico Municipal.	03	UN	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00
					TOTAL: R$ 11.070,00

7. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).**

7.2. O valor unitário do item foi definido com base no orçamento obtido junto ao fornecedor, considerando-se que o preço apresentado se encontra compatível com os valores praticados no mercado. Para fins de complementação da pesquisa de preços e

006011

verificação da compatibilidade do valor, também foram realizadas consultas a contratações realizadas por outros municípios, mediante análise de Notas Fiscais, possibilitando a comparação com preços efetivamente praticados para o mesmo objeto.

8. DA ESCOLHA DO CONTRATADO:

8.1. A capacitação será promovida pelo Instituto AGP, inscrito no CNPJ nº 51.684.924/0001-95, instituição especializada na realização de eventos de capacitação voltados à Administração Pública, e contará com a participação de profissionais e especialistas de reconhecida atuação em âmbito nacional, com experiência e conhecimento técnico nas áreas de licitações, contratos administrativos e gestão pública.
8.2. A escolha da contratada fundamenta-se, inicialmente, na relevância do conteúdo ofertado no Simpósio, o qual aborda de forma técnica e especializada inovações, novas soluções para as compras públicas, marketplace, boas práticas e tendências além de proporcionar aos servidores do Departamento de Licitações networking com profissionais e gestores de todo o país.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO:

9.1. De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contração tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado.
9.2. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar.
9.3. Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, assim como as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir parcelamento.

10. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

10.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de capacitação conforme a data, local e conteúdo definido na proposta que segue em anexo ao Termo de Referência.
10.2. A capacitação será realizada nos dias 23, 24 e 25 de setembro, no Grand Carimã Resort Convention Center, localizado na Av. das Cataratas, 4790, Vila Carimã município de Foz do Iguaçu-PR e terá carga horária total de 21 horas-aula.
10.3. O conteúdo será divido conforme disposto na proposta comercial apresentada pelo Instituto AGP.
10.4. Ficarão a cargo da Contratada todas as despesas, diretas e indiretas, relativas à apresentação, materiais utilizados, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto contratado.
10.5. A Contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos

006012

documentos fiscais.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Constituem obrigações da contratada, além das demais previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual:

a) executar integralmente o objeto contratado, observando as condições e especificações estabelecidas;

b) assegurar a realização do evento pelos profissionais indicados na proposta;

c) cumprir as datas, horários e locais previamente estabelecidos;

d) utilizar conteúdo e metodologia compatíveis com a proposta apresentada;

e) comunicar previamente à Administração qualquer circunstância que possa comprometer a execução dos serviços;

f) responsabilizar-se pelos encargos decorrentes da execução dos serviços que lhe sejam atribuídos por lei;

g) manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

h) responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação, quando comprovada sua responsabilidade;

i) cumprir as determinações do gestor e do fiscal do contrato relacionadas à adequada execução do objeto;

j) observar a legislação aplicável à execução dos serviços;

k) observar a regulamentação municipal aplicável à emissão dos documentos fiscais, especialmente quanto à retenção do Imposto de Renda – IR.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Constituem obrigações da contratante:

a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

b) comunicar à contratada eventuais irregularidades verificadas na execução do objeto;

c) efetuar o pagamento devido após a efetiva realização dos serviços e o respectivo atesto;

d) prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.

13. VIGÊNCIA

13.1 A contratação terá vigência de 03 (meses) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a execução dos objetos, após apresentação da respectiva nota fiscal;

14.2 A licitante contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para

006013

emissão dos documentos fiscais;

14.3 Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos próprios do Município de Planalto, Proveniente da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00430	02.103.04.122.0402.2013	3.3.90.39.00.00.00000

14.4 Em caso de execução parcial ou irregular, poderão ser adotadas as medidas previstas na legislação e no instrumento contratual, inclusive quanto ao pagamento, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

15. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO CONTRATO:

15.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

15.2 Compete ao fiscal acompanhar a realização capacitação e participação dos servidores, verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, registrar eventuais ocorrências e atestar a efetiva execução dos serviços.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto.

15.4 A fiscalização do contrato ficará a cargo do servidor Marcelo Felipe Schmitt - Secretário Municipal de Administração nos termos da designação formal realizada pela Administração.

15.5A gestão do contrato será realizada pela servidora Carla Sabrina Rech Malinski conforme designação formal da Administração.

Planalto - PR, 02 de setembro de 2026.

Marcelo Felipe Schmitt
Secretário Municipal de Administração

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal



6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

23 A **25** DE SETEMBRO

FOZ DO IGUAÇU - PR

PROPOSTA ESPECIAL

AO MUNICÍPIO DE PLANALTO - PR

AGP INSTITUTO

006015

O Simpósio

> O **6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – O Futuro das Contratações Públicas** é um evento consolidado no calendário do Instituto AGP.

Trata-se de um evento técnico-institucional de alto nível técnico voltado à capacitação e ao aperfeiçoamento de gestores públicos, servidores, agentes de contratação, fiscais de contratos, assessores jurídicos e demais profissionais que atuam nas contratações públicas.

Com abordagem prática, atualizada e estratégica, o simpósio tem como foco a Lei nº 14.133/2021, seus regulamentos, entendimentos dos Tribunais de Contas e os principais desafios enfrentados pela Administração Pública na fase de planejamento, execução e fiscalização contratual.

Público-Alvo

- Gestores públicos e Agentes de contratação e pregoeiros
- Membros de comissões de licitação
- Fiscais e gestores de contratos
- Procuradores, assessores jurídicos e advogados públicos
- Controladores internos e ouvidores
- Servidores das áreas administrativa, financeira e de planejamento
- Secretarias e departamentos demandantes
- Servidores que trabalham diretamente e indiretamente com as Contrações Públicas nas Esferas Municipal, Estadual e Federal

006016

O 6º Simpósio de Licitações e Contratos trará ao palco uma seleção de elite formada pelas maiores autoridades acadêmicas, auditores de extrema relevância e juristas consagrados que atualmente ditam a direção da Administração Pública brasileira.

O corpo docente do Simpósio foi cuidadosamente selecionado com base no reconhecimento nacional, na expertise e na excelência metodológica. A missão deste corpo seleto é transmitir protocolos 100% validados pelos Tribunais de Contas diretamente para blindar os processos vitais da sua gestão.



Christianne Stroppa

★ COORDENAÇÃO TÉCNICA EXCLUSIVA

A coordenação técnica ficará a cargo da Professora, referência nacional em Licitações e Contratos Administrativos, com ampla atuação acadêmica e prática junto à Administração Pública. Sua coordenação assegura a qualidade técnica, a atualização dos conteúdos e a aderência às melhores práticas e entendimentos dos órgãos de controle.



Ronny Charles Torres

Advogado da União há mais de 20 anos. Doutor em Direito do Estado pela UFPE e Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Autor de diversos livros jurídicos best-sellers, incluindo "Leis de Licitações Públicas Comentadas" (JusPodivm).



Tatiana Camarão

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Professora e palestrante de renome. Autora de importantes obras como "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos".

006017



Rafael Biscaro

Especialista em Gestão da Administração Pública. Agente de Contratação e Pregoeiro na Universidade de São Paulo (USP). Autor de guias definitivos sobre ETP e o papel do pregoeiro.



Andryu Lemos

Advogado, Consultor e Professor. Especialista em Licitações e Contratos Públicos. Atua como Superintendente Especial de Licitações e Contratos com ampla experiência prática em prefeituras e estatais.



Franklin Brasil

Auditor Federal da CGU desde 1998, pesquisador em compras públicas. Especialista em IA aplicada e gestão de riscos. Autor consagrado e tricampeão do prêmio "Chico Ribeiro" de Qualidade no Gasto Público.



Victor Amorim

Doutor em Constituição, Direito e Estado pela UnB. Membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, com participação direta na elaboração da nova Lei de Licitações.



Alexandre Slivnik

Especialista em excelência em serviços com 20 anos de experiência e trajetória em Harvard. Palestrante internacional (com EB1 expedido pelo Gov. Americano). Autor do best-seller "O Poder da Atitude", diretor executivo do IBEX (EUA) e executivo da ABTD.

23 de Setembro de 2026

08h30 às 12h30

OFICINA: Credenciamento e Marketplace Público (SICX)

Ronny Charles Lopes de Torres

- 1.Desafios atuais das compras públicas.
- 2.Evolução dos modelos de contratação pública, do procedimento licitatório clássico as plataformas digitais.
- 3.Pregão eletrônico: suas potencialidades e suas disfuncionalidades.
- 4.Eprocurement X E-commerce X E-marketplace.
- 4.1 Possibilidade de Marketplace nas compras públicas.
- 4.2 Vantagens
- 4.3 Desafios
- 4.4 Panorama normativo
- 5. Credenciamento
- 5.1 Natureza Jurídica
- 5.2 Aplicabilidade do credenciamento
- 5.3 Avanços da lei 14.133/2021
- 5.4 Modalidades do credenciamento
- 6. SCIX
- 6.1 Aplicação
- 6.2 Regulamentação
- 6.3 Pontos Polêmicos

10h00 às 10h30 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

006019

23 de Setembro de 2026 (Continuação)

14h00 às 15h45

Marketplace na Administração Pública: Da Operacionalização às Vivências – Resultados na Prática

Andryu Antonio Lemos da Silva Junior

- 1. Diagnóstico e Tomada de Decisão
- 2. Estruturação do Modelo no órgão
- 3. Implementação e Governança
- 4. Desafios Jurídicos e Relação com Órgãos de Controle
- 5. Engajamento de Fornecedores e Dinâmica de Mercado
- 6. Desafios Operacionais e Ajustes do Modelo
- 7. Resultados e Indicadores Práticos (ex: êxito na saúde – economia, celeridade e eficiência nas contratações)
- 8. Lições Aprendidas e Replicabilidade
- 8.1 Fatores críticos de sucesso
- 8.2 Riscos a evitar na implementação
- 8.3 Etapas práticas para adoção em outros Órgãos e Entidades Estatais.

15h45 às 16h15 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

006020

23 de Setembro de 2026 (Continuação)

16h15 às 18h00

A Inteligência real e a Inteligência artificial na Fase Interna das Contratações e na Pesquisa de Preços

Rafael Biscaro

- 1.Visão Sistêmica da Fase Interna: As etapas do planejamento de forma articulada e o impacto do alinhamento estratégico ao Plano de Contratações Anual (PCA).
- 2.Artefatos Críticos:
- 2.1 Estudo Técnico Preliminar (ETP): Foco na estrutura lógica e justificativas da necessidade.
- 2.2 Termo de Referência (TR): Definição de critérios de desempenho e viabilidade.
- 3. Pesquisa de Preços: Desvendando o Art. 23 da Lei nº 14.133/21. Métodos de levantamento, critérios de aceitabilidade de preços e a documentação adequada para evitar falhas no processo.
- 4.IA como Vetor de Qualidade: Como utilizar a Inteligência Artificial para melhorar a consistência dos textos, revisar critérios técnicos e apoiar a tomada de decisão estratégica.

006021

23 de Setembro de 2026 (Encerramento Especial)

18h00 às 19h00

MOMENTO PARA A VIDA

UM CONVITE À REFLEXÃO, À VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO E À REDESCOBERTA DA ALEGRIA DE SERVIR COM EXCELÊNCIA E PROPÓSITO.

Alexandre Slivnik

- 1 A essência da excelência: servir com propósito, orgulho e comprometimento;
- 2 O novo servidor público: protagonista da transformação e guardião da confiança social;
- 3 Excelência como atitude: pequenas ações que geram grandes impactos na entrega pública;
- 4 Do procedimento à experiência: transformar rotinas em oportunidades de valor;
- 5 A cultura da melhoria contínua: como fazer o simples de forma extraordinária;
- 6 Excelência é detalhe: o cuidado em cada processo como reflexo de respeito ao cidadão;
- 7 Ética e encantamento: pilares que sustentam credibilidade e resultados duradouros;
- 8 Servir com propósito: o sentido de entregar o melhor, mesmo quando ninguém está vendo;
- 9 Colaboração e engajamento: o poder dos times que acreditam na mesma missão;
- 10 Aprendizados das empresas mais admiradas do mundo aplicados à gestão pública;
- 11 Do conceito à prática: ferramentas simples para aprimorar o atendimento e os processos.

24 de Setembro de 2026

08h30 às 12h30

OFICINA: Plano de Contratação Anual (PCA) e Registro de Preços – Da organização de demandas e o registro de preços: como planejar e contratar com eficiência

Tatiana Camarão

- Plano de Contratação Anual
- 1. O Planejamento das Contratações e o Plano de Contratação Anual
- 2. Qual a finalidade e benefícios do Plano de Contratação Anual – PCA?
- 3. A Função do Documento de Formalização de Demanda e seus elementos
- 4. O regulamento e adoção do Plano de Contratação Anual: Procedimento, responsáveis, cronograma e relatório de gestão de riscos
- 5. Padronização, Catálogo eletrônico, Plano de Capacitação e Plano de Comunicação: ferramentas e planos importantes para o resultado exitoso do PCA
- 6. Boas práticas e jurisprudência aplicada
- Ata de Registro de Preços
- 1. A Ata de Registro de Preços: conceito, peculiaridades e regulamento
- 2. Prazo, quantitativos, demonstração da vantagem, objeto exclusivo e outras questões relevantes sobre o tema
- 3. O Carona no registro de preços: Como funciona para adesão tardia à ata de registro de preços?
- 4. Quais as medidas necessárias na etapa de planejamento para implantação do registro de preços ou adesão à ata?
- 5. Participação no registro de preços implantado pelos consórcios intermunicipais: pontos de atenção e orientações das Cortes de Contas

006023

24 de Setembro de 2026 (Continuação)

10h00 às 10h30 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

14h00 às 15h45

Seleção de Fornecedores e as Falhas dos Regulamentos

Victor Amorim

- 1. A fase de seleção de fornecedores na Lei nº 14.133/2021: o que realmente mudou?
- 2. A caixa de ferramentas da licitação: como modelar o procedimento?
- 3. Como a regulamentação interna pode potencializar a melhoria do licitação (art. 18, VIII, Lei nº 14.133/2021)
- 4. Regulamentação da União sobre licitações e sua aplicação nacional?
- 5. Possibilidades do rito procedimental: inversão de fases
- 6. A exigência de garantia de participação
- 7. Orçamento sigiloso: quando é pertinente?
- 8. Os modos de disputa: a quem cabe "escolher"?
- 9. Os problemas recorrentes nas licitações envolvendo a aplicação do formalismo moderado e o edital como instrumento regulatório

15h45 às 16h15 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

16h15 às 18h00

PAINEL INTERATIVO (TALK SHOW): RODADA DE DÚVIDAS DE ALTA COMPLEXIDADE NA 14.133/2021

O GESTOR DESAPARECEU? CONTRATAÇÕES DIRETAS, PLATAFORMAS DIGITAIS E O PROTAGONISMO DO CONTROLE

Tatiana Camarão, Christianne Stroppa e Victor Amorim

006024

25 de Setembro de 2026

08h30 às 10h15

Como usar IA em qualquer fase da contratação (Aula Prática)

Franklin Brasil

- 1. A armadilha da resposta pronta: limites e contexto no uso da IA
- 2. Do amador ao profissional: o domínio do metaprompt
- 3. Exemplos da IA atravessando o macroprocesso da contratação
- 4. O fator humano e a governança.
- Obs: para esta aula importante o aluno levar notebook ou tablet.

10h15 às 10h45 — Pausa Interativa (Networking & Coffee Break)

10h45 às 12h30

Sanções Administrativas nos Contratos Públicos: Aplicação, Procedimentos e Segurança Jurídica

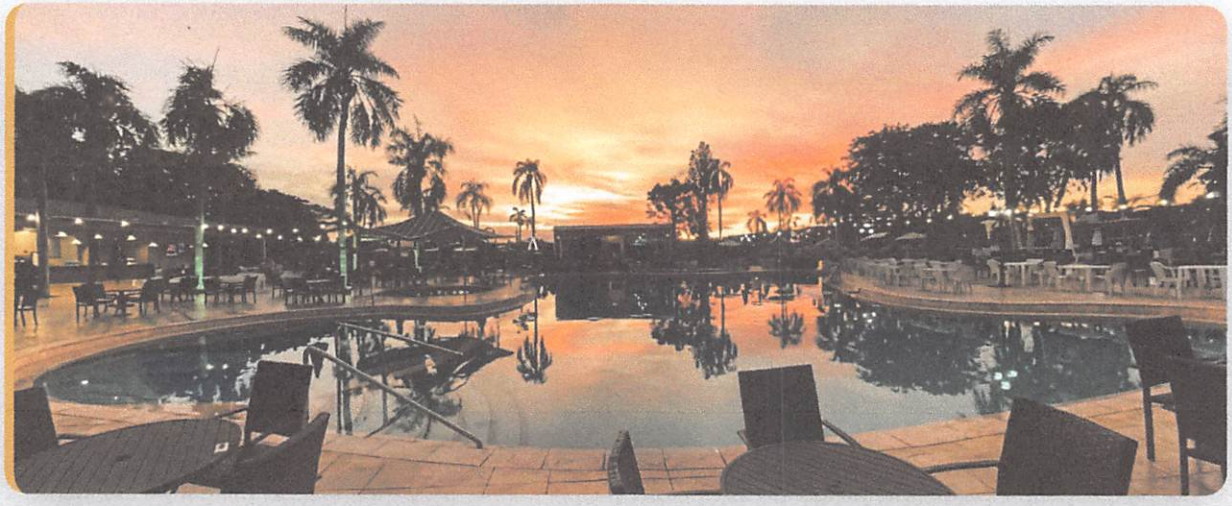
Christianne Stroppa

- 1. Sanção administrativa como instrumento de governança
- 2. Sistema sancionador na lei 14.133/2021: uma leitura estrutural
- 3. Processo administrativo sancionador como processo de decisão
- 4. Dosimetria e escolha da sanção: o verdadeiro problema
- 5. Pontos polêmicos avançados
- 6. Sanções, controle e responsabilização do agente público
- 7. Boas práticas e modelos operacionais.

006025

Experiência em Foz do Iguaçu

> O cenário perfeito para unir capacitação executiva de alto nível e networking estratégico em um resort de ponta.



O Simpósio ocorrerá no monumental **Grand Carimã Resort Convention Center**. Preparamos uma infraestrutura impecável para garantir o máximo de conforto, segurança e sofisticação a todos os participantes. Uma verdadeira imersão técnica que transcende a tradicional sala de aula.

TARIFAS DE HOSPEDAGEM

Valores especiais para alunos IAGP

ACOMODAÇÃO	LUXO	GRAND LUXO	GRAND SUÍTE
Quarto Single	R$ 490,00	R$ 637,00	R$ 980,00
Quarto Duplo	R$ 490,00	R$ 637,00	R$ 980,00
Quarto Triplo	R$ 637,00	-	-

✓ **A diária inclui:** Café da manhã servido no restaurante (06h30 às 10h00)

Localização Oficial:
Avenida das Cataratas, 4790
Vila Carimã | Foz do Iguaçu/PR

WhatsApp: (45) 3521-3060
E-mail: reservas@grandcarima.com.br

006026

Objetivos do Simpósio

- Atualizar os participantes sobre a aplicação prática da Lei de Licitações e Contratos.
- Capacitar agentes públicos para atuação segura e eficiente nas contratações.
- Reduzir riscos de responsabilização administrativa, civil e penal.
- Promover boas práticas de governança e controle.
- Estimular a troca de experiências entre profissionais do setor público.

O Que Está Incluso na Inscrição

- 21 horas-aula de imersão de conteúdo no Grand Carimã Resort em Foz do Iguaçu (PR).
- Certificação chancelada pelo Instituto AGP.
- Acesso irrestrito às rodadas de debates exclusivos (Talk-shows práticos).
- Coffee breaks projetados para networking, integração de autoridades e relaxamento.
- Especialistas de renome nacional em Licitações e Contratos Administrativos.
- Material personalizado (apostila pasta, bloco, caneta, mochila, garrafa, entre outros materiais exclusivos), disponível apenas neste simpósio para cada aluno inscrito.

006027

CONDIÇÃO EXCLUSIVA AO MUNICÍPIO DE

PLANALTO - PR

OFERTA PARA 3 PARTICIPANTES

~~De R$ 3.990,00 por~~

R$ 3.690,00 por inscrição

Garanta agora mesmo a presença da sua equipe no maior simpósio de licitações do Brasil.

Condição Oficial sujeita à disponibilidade de vagas imersivas.

Devido ao formato técnico intimista do Simpósio, as carteiras são estritamente limitadas. Recomendamos a imediata formalização da sua reserva ou **emissão da Nota de Empenho** para garantir a efetivação de vagas para seu órgão.

COORDENADAS INSTITUCIONAIS PARA EMPENHO

RAZÃO SOCIAL (CREDOR OFICIAL)

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ CORPORATIVO

51.684.924/0001-95

E-MAIL DE VALIDAÇÃO

contato@institutoagp.com.br

DOMICÍLIO BANCÁRIO

Banco 756 (Sicoob)

AGÊNCIA | CONTA CORRENTE (C/C)

4342 | 108.404-6

CHAVE PIX (TRANSAÇÃO DIRETA)

CNPJ 51.684.924/0001-95

(46) 99110-1213

contato@institutoagp.com.br

@agpinstituto

institutoagp.com.br

FALE CONOSCO

(↑ Clique para abrir o WhatsApp)

006028

Dados para emissão de Nota Fiscal:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CNPJ: 46.643.466/0001-06 - IE: ISENTO

R. JOSÉ DE ALENCAR 123 - VL STA LUZIA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / SP – CEP: 12209-904

Secretaria emitente:

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS

Fone:(012) 3947.8178 / E-mail: drm@sjc.sp.gov.br / Site: www.sjc.sp.gov.br

Número AF: **5637 / 2026**
Data AF: 01/07/2026
Modalidade: DISPENSA LICITAÇÃO
Nº Licitação: / Tipo:DCL
Complemento: S/CONTRATO
Proc.Interno: 72750 / 2026

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO — VIA ÚNICA

Contratado: 284041 - IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA ***CNPJ/CPF:*** 51.684.924/0001-95
Endereço: RUA BOM JESUS Nº: 212 Compl: - Bairro: JUVEVE - Cidade: CURITIBA - UF: PR
Telefone: 46 99970.8582 ***Cel:*** ***E-mail:*** CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR
Requisitante: 020.000.000.000.SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS / SGAF/SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS
Cond.Pagto: 15 DDL ***Nº Bloqueio:*** 8651 / 2026 ***Vínculo:***
Nº 5057 / 2026 ***Empenho:*** 30849 / 2026 ***Cód.ficha:*** 34 / 2026 - 20.10.3.3.90.39.04.122.0004.2.013.01.1100000
Obs.: . LEI 14.133/2021 - ART. 75 / II - INF. 50.000,00 - OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS (COMPRA DIRETA)

ITEM	QTDE	UN	CÓD.MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	2	SV	70592	INSCRICAO EM CURSO: . 6º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 23 A 25 DE SETEMBRO DE 2026 FOZ DO IGUAÇU - PR ELENA KIMIE TATEISHI CPF: 265.521.128-66 DATA DE NASCIMENTO: 16/10/1978 VALÉRIA APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA CPF: 099.876.848-07 DATA DE NASCIMENTO: 25/04/1968 CONTATO: CAMILA NOGUEIRA - (12) 3947.8594 ** A NOTA FISCAL DEVERÁ SER ENVIADA PARA OS E-MAILS ABAIXO: NOGUEIRA.CAMILA@SJC.SP.GOV.BR SGAF.CONTRATOS@SJC.SP.GOV.BR CHEFE DE CONTRATOS CONTATO: 3947-8597 CONTATO FINANCEIRO: 12 3947-8101 /8296 ** GENTILEZA CONFIRMAR O RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL JUNTO AOS RESPONSÁVEIS PELOS E-MAILS INFORMADOS, PARA QUE NÃO HAJA ATRASO EM SEU PAGAMENTO. . **Prazo Entrega:** 1 dia(s) **Qtde:** 2	3.790,00	7.580,00
					TOTAL	7.580,00

Local de Entrega: **R JOSÉ DE ALENCAR Nº: 123 Bairro: VILA SANTA LUZIA Cep: 12209904**
Observação: **PAÇO MUNICIPAL**

Andreza Santos	Thais Rodrigues	Augusto Cesar Vieira	Valeria Mendes
03/07/2026 09:47:25(UTC-03:00)	03/07/2026 10:03:26(UTC-03:00)	03/07/2026 10:45:18(UTC-03:00)	03/07/2026 10:52:40(UTC-03:00)
ANDREZA CLEMENTE DOS SANTOS	THAIS MENEZES RODRIGUES	AUGUSTO CESAR VIEIRA	VALERIA APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA
Emitente	Supervisor(a)	Chefe de Divisão	Diretor(a)

"ADVERTÊNCIAS: Sob pena de sujeitar-se a eventual processo administrativo e/ou judicial, a Contratada deverá observar que: 1 - Os pagamentos devidos serão feitos através de crédito em conta, preferencialmente em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e CEF, não sendo aceitas quaisquer outras modalidades de cobrança, como duplicatas, boletos, etc; 2 - Tendo em vista que o preço inclui a entrega no local indicado, é vedado indicar às transportadoras o recebimento do frete diretamente à Prefeitura".

OBS.: **- Para cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal distinta;**
- Todo Material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado nesta Autorização de Fornecimento, às exclusivas expensas da contratada.
- Vide Condições Gerais de Fornecimento no verso.

006029

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTOS

Esta Autorização de Fornecimento (AF) foi emitida de acordo com a legislação vigente mediante observações rigorosas das especificações constantes do Edital que serão cumpridas pelo Fornecedor e garantem o direito à CONTRATANTE de impor as CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO abaixo, cujas cláusulas válidas para compras procedidas de licitação e para compras dispensadas de licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

I. Deverão ser observadas, as especificações, as condições de acondicionamento, entrega, garantia, prazos, preços, forma de pagamento, incidências tributárias, etc..., vedada qualquer alteração sem a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de **RECUSA** dos materiais ou recebimento definitivo do serviço.

II. Pelo descumprimento de qualquer das condições especificadas na presente Autorização de Fornecimento, fica a CONTRATADA sujeita às **SANÇÕES** abaixo descritas, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, se houver:

A. **Advertência** - quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sendo aplicada quando:

A1 - dar causa à inexecução parcial do contrato.

B. **Multa** - calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nas letras A, B, C e D.

C. **Impedimento de licitar e contratar** - quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sendo aplicada quando:

C1 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C2 - dar causa à inexecução total do contrato;

C3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

C4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

C5 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

C6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

D. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** - contempla as infrações administrativas previstas nos itens C1,C2.C3,C4,C5 e C6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme a sanção aqui referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada quando:

D1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

D2 -fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

D3 -comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

D4 -praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

D5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1. As sanções previstas nas letras A,C e D poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra B.

2. A aplicação das sanções previstas nas letras A,B,C e D não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

3.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas letras A,B,C e D.

III. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Para cada entrega autorizada pela Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal.

2. Todo material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado no anverso desta Autorização de Fornecimento - AF, todas as despesas decorrentes da entrega e/ou prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

Para entrega nos Almoxarifados relacionados abaixo, deverão ser cumpridos os seguintes horários:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: **almox@sjc.sp.gov.br** - (12) 3929-7059 / (12) 3929-1051.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: **saudenf@sjc.sp.gov.br** - (12) 3901-4144 / (12) 3901-4142.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Rua Felício Savastano, 240 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Email para envio de NF-e: **sme.follow-up@sjc.sp.gov.br** - (12) 3901-2057 / (12) 3901-2210 / (12) 3901-2120 / (12) 3901-2104.

3. Todas as informações requeridas nos campos discriminados na Nota Fiscal deverão ser preenchidas em conformidade com os dados da CONTRATANTE constantes na Autorização de Fornecimento - AF, sobretudo quanto à descrição pormenorizada do produto e/ou serviço faturado;

4. Em toda Nota Fiscal deverá ser indicado o número da respectiva Autorização de Fornecimento - AF e do número do Empenho.

5. Aplica-se à contratação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado nos arts. 2º e 3º do Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

6. Para toda Nota Fiscal cuja natureza de Operação for a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, o pagamento fica condicionado à apresentação de cópia dos últimos recolhimentos devidos aos INSS e FGTS, assim como relatórios da GFIP, tendo como base a data de vencimento do pagamento.

7. Os pagamentos serão realizados através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente, vinculada ao mesmo CNPJ/CPF do contratado na AF.

8. Dúvidas relativas aos pagamentos serão dirimidas pela Divisão de Tesouraria pelos telefones (12) 3947-8296 / 3947-8101 ou email **tesouraria@sjc.sp.gov.br.**

006030

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Secretaria Municipal de Finanças
nif@curitiba.pr.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
41069022251684924000195000000000007626070019719910

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
76	16/07/2026	17/07/2026 07:32:56
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
76	70000	17/07/2026 07:32:56

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
51.684.924/0001-95	-	(46) 99970-8582

Nome / Nome Empresarial
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

E-mail
contato@institutoagp.com.br

Endereço	Município	CEP
RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE	Curitiba - PR	80035-010

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
09.182.560/0001-89	-	-

Nome / Nome Empresarial
INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO MUNICIPIO DE PETROLINA

E-mail
-

Endereço	Município	CEP
JOSE DE SA MANICOBA, 200, CENTRO	Petrolina - PE	56304-205

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
08.02.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...	-	Foz do Iguaçu - PR	-

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O Futuro das Contratações Públicas, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, a servidora Eweline da Silva Souza.

Dados Bancários: PIX: CNPJ 51.684.924/0001-95 | INSTITUTO AGP Banco 756 Sicoob | Agência 4342 C/C n°. 108.404-

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Curitiba - PR	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 3.990,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	Contribuição Previdenciária - Retida	Contribuições Sociais - Retidas	Descrição Contrib. Sociais - Retidas
-	-	-	-
PIS - Débito Apuração Própria	**COFINS - Débito Apuração Própria**		
-	-		

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 3.990,00	-	-	-
Total das Retenções Federais	**PIS/COFINS - Débito Apur. Própria**		**Valor Líquido da NFS-e**
-	-		**R$ 3.990,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Secretaria Municipal de Finanças
nif@curitiba.pr.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
41069022251684924000195000000000007926075791929998

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
79	31/07/2026	31/07/2026 13:27:09
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
79	70000	31/07/2026 13:27:09

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
Prestador do Serviço 51.684.924/0001-95	-	(46) 9970-8582

Nome / Nome Empresarial
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

E-mail
CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR

Endereço	Município	CEP
RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE	Curitiba - PR	80035-010

Simples Nacional na Data de Competência	Regime de Apuração Tributária pelo SN
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)	Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
34.593.525/0001-08	-	-

Nome / Nome Empresarial
MUNICIPIO DE MEDICILANDIA

E-mail
-

Endereço	Município	CEP
DOM EURICO, 1035, EDIF PREFEITURA, CENTRO	Medicilândia - PA	68145-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
08.02.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...	-	Foz do Iguaçu - PR	-

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O Futuro das Contratações Públicas, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, ao servidor Ozimar Martins Palheta.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Curitiba - PR	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 3.990,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	Contribuição Previdenciária - Retida	Contribuições Sociais - Retidas	Descrição Contrib. Sociais - Retidas
-	-	-	-
PIS - Débito Apuração Própria	**COFINS - Débito Apuração Própria**		
-	-		

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 3.990,00	-	-	-
Total das Retenções Federais	**PIS/COFINS - Débito Apur. Própria**		**Valor Líquido da NFS-e**
-	-		**R$ 3.990,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

006032

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Secretaria Municipal de Finanças
nif@curitiba.pr.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
41069022251684924000195000000000007726072815143989

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
77	22/07/2026	22/07/2026 16:14:07
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
77	70000	22/07/2026 16:14:07

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e	CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
Prestador do Serviço	51.684.924/0001-95	-	(46) 9970-8582

Nome / Nome Empresarial	E-mail
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA	CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR

Endereço	Município	CEP
RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE	Curitiba - PR	80035-010

Simples Nacional na Data de Competência	Regime de Apuração Tributária pelo SN
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)	Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO	CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
	00.438.200/0001-20	-	-

Nome / Nome Empresarial	E-mail
SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO DF	-

Endereço	Município	CEP
SIA TRECHO 03, 1580, SEBRAE DF, SIA	Brasília - DF	71200-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
08.02.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...	-	Foz do Iguaçu - PR	-

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O Futuro das Contratações Públicas, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, a participante Mariela Souza de Jesus.
Dados Bancários: PIX: CNPJ 51.684.924/0001-95 | INSTITUTO AGP - Banco 756 Sicoob | Agência 4342 C/C n°. 108.404-6

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Curitiba - PR	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 3.990,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	Contribuição Previdenciária - Retida	Contribuições Sociais - Retidas	Descrição Contrib. Sociais - Retidas
-	-	-	-
PIS - Débito Apuração Própria	**COFINS - Débito Apuração Própria**		
-	-		

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 3.990,00	-	-	-
Total das Retenções Federais	**PIS/COFINS - Débito Apur. Própria**		**Valor Líquido da NFS-e**
-	-		**R$ 3.990,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.684.924/0001-95 **MATRIZ**		**04/08/2023**

NOME EMPRESARIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO AGP	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BOM JESUS	**212**	**SALA 1904 ANDAR 19 COND AR 3000 - CABRAL COR**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
80.035-010	**JUVEVE**	**CURITIBA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR	**(46) 9970-8582**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/08/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/02/2026** às **16:50:51** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

006034

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, nascida em 25.02.1987, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03691939456 expedida pelo DETRAN/PR e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, nascido em 03.11.1986, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03462068555, expedida pelo DETRAN/PR, e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia, Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** com sede na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia, Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010, inscrita no CNPJ MF sob n.º 51.684.924/0001-95, com Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41211860909 arquivada em 04.08.2023, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM** por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social pelas cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o endereço da sede e foro da empresa para rua Bom Jesus, nº 212, sala 1904, andar 19, Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, bairro Juveve, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.035-010.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Contrato Social que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios RESOLVEM por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, nascida em 25.02.1987, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03691939456 expedida pelo DETRAN/PR e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, nascido em 03.11.1986, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação n.º 03462068555, expedida pelo DETRAN/PR, e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 1234, APT. 105, Edifício Gaia, Centro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-010;
Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** com

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909

sede na rua Bom Jesus, nº 212, sala 1904, andar 19, Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, bairro Juveve, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.035-010, inscrita no CNPJ MF sob n.º 51.684.924/0001-95, com Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41211860909 arquivada em 04.08.2023, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM** por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,** e tem a sede na rua Bom Jesus, nº 212, sala 1904, andar 19, Cond. Ar 3000 - Cabral Cor, bairro Juveve, município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.035-010.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividades de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 07 de agosto de 2023 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma o qual será integralizado em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	15.000	15.000,00
EDUARDO ANZILIERO	15.000	15.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA,** com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 51.684.924/0001-95 – NIRE N.º 41211860909

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste (s) ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado sendo pago em até 12 (doze) parcelas iguais e consecutivas a partir do mês seguinte ao fato.
Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que não necessariamente deverão serem partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba - PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem em tudo justo e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Curitiba - PR, 28 de janeiro de 2026.

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA
Assinado digitalmente

EDUARDO ANZILIERO
Assinado digitalmente

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06285690928	EDUARDO ANZILIERO
05526360962	MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 05/02/2026 15:27 SOB Nº 20260568317.
PROTOCOLO: 260568317 DE 29/01/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12602611171. CNPJ DA SEDE: 51684924000195.
NIRE: 41211860909. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/01/2026.
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

SEBASTIÃO MOTA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

006036

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.392.204-2



POLEGAR DIREITO



Eduardo Anziliero

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **9.392.204-2** DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/09/2015

NOME: **EDUARDO ANZILIERO**

FILIAÇÃO: ADELAR LAURIDES ANZILIERO
DEONIDA TEREZINHA ANZILIERO

NATURALIDADE: FRANC.BELTRÃO/PR DATA DE NASCIMENTO: 03/11/1986

DOC. ORIGEM: COMARCA=FCO BELTRÃO/PR, DA SEDE
C.NASC=20069, LIVRO=41A, FOLHA=169

CPF: 062.856.909-28

CURITIBA/PR

ALCINAR DE ALMEIDA GARRETT
DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Lei 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FRU61376

2º TABELIONATO DE NOTAS Jader Luiz Ribeiro - Tabelião

Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-810 - Tel/fax: (46) 3055-6200

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocopia confere com o documento a mim apresentado.
O referido é verdade e Dou Fé.
Francisco Beltrão - PR 27/01/2020
KARINE SARTORI PAVAN WALTER - ESCREVENTE
R$5,11

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 51.684.924/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:18:51 do dia 03/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/01/2027.
Código de controle da certidão: **E566.4F4E.02A6.212A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

006040

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 13.362.466

CNPJ: 51.684.924/0001-95

Nome: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 11:46 do dia 03/08/2026.
Código de autenticidade da certidão: 4974AEE3218A4E362AC5FFD745FC556BA1
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 01/11/2026 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

006041

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certidão Negativa de Pendências

CNPJ: 51684924000195

Requerente: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná CERTIFICA, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:
a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 03/08/2026 11:47:39, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 301023336

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.

006042

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.684.924/0001-95
Certidão nº: 66620244/2026
Expedição: 03/08/2026, às 13:19:53
Validade: 30/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.684.924/0001-95**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

006043

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de 1ª a 3ª VARAS ESTADUAIS de AÇÕES DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ.51.684.924/0001-95

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 06/08/2026 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 10 de agosto de 2026 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: ANDRE
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 48.00)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:
1 OFICIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Data: 10/08/2026 15:00:55

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo 9A9AB55B *****

006044

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.684.924/0001-95
Razão social: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
Endereço: R BOM JESUS 212 SALA 1904/ JUVEVE / CURITIBA / PR / 80035-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/08/2026 a 05/09/2026

Certificação Número: 2026080707166520587785

Informação obtida em 07/08/2026 13:26:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

006045

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **51.684.924/0001-95**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:43:11 do dia 03/08/2026 , com validade até o dia 02/09/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: C1gKkw8pGSsplRPybU2x

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

006046

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 04/08/2026 08:40:34

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
CNPJ: **51.684.924/0001-95**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

006047

AGP INSTITUTO | PADRÃO DE EXCELÊNCIA!

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins e a quem interessa possa, que o IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, representado legalmente por seu Sócio Administrador Eduardo Anziliero, portador do CPF 062.856.909-28, realizará a **6° edição do SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – O Futuro das Contratações Públicas,** ministrado pelas professoras: Ronny Charles, Tatiana Camarão, Christianne Stroppa, Victor Amorim, Franklin Brasil, Andryu Lemes e Rafael Biscaro, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026, em Foz do Iguaçu, PR, sendo EXCLUSIVAMENTE responsável pela execução, elaboração e confecção do material, bem como, todo processo do evento.

Sem mais, me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

Curitiba, 30 de março de 2026.

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195
Assinado de forma digital por IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195
Dados: 2026.05.01 11:12:41 -03'00'

INSTITUTO AGP
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ 51.684.924/0001-95

006048

AGP INSTITUTO | PADRÃO DE EXCELÊNCIA!

DECLARAÇÃO UNIFICADA

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (AGP Instituto)
CNPJ 51.684.924/0001-95
Rua Bom Jesus, 212. JUVEVE - SALA 1904 ANDAR 19 COND AR 3000 - CABRAL COR
CEP 80.035-010, CURITIBA, PARANÁ
Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.
E-MAIL: contato@institutoagp.com.br.

DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

IV - Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V - Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei n° 14.133, de 1 de abril de 2021.

VI - Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

VII - Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa).

VIII- Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade firmamos o presente.

Curitiba/PR, 6 de Agosto de 2026.

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195

Assinado de forma digital por IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA:51684924000195
Dados: 2026.08.06 16:49:37 -03'00'

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ 51.684.924/0001-95

AGP
INSTITUTO
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!

DECLARAÇÃO SIMPLES NACIONAL

O IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br

DECLARA, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I- preenche os seguintes requisitos:
a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
II- o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Por ser verdade firmamos o presente.

Curitiba, 14 de maio de 2026.

Atenciosamente,

EDUARDO ANZILIERO:06285690928
Assinado de forma digital por EDUARDO ANZILIERO:06285690928
Dados: 2026.05.14 12:15:07 -03'00'

EDUARDO ANZILIERO
SÓCIO-DIRETOR

IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ 51.684.924/0001-95

006051

CRCRN
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão: CRC/RN
Nº _____
Fl. _____

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica para a prestação de serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública.

Declaramos que o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE participou de evento promovido por este Instituto, tendo os serviços sido executados em conformidade com a programação proposta, observando-se rigorosamente os prazos estabelecidos, atendendo plenamente às expectativas, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta ou desempenho.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os fins que se fizerem necessários.

Natal, 25 de maio de 2026.

ROSANA DANTAS DE ANDRADE ROSSITER:06879253474

Assinado de forma digital por ROSANA DANTAS DE ANDRADE ROSSITER:06879253474
Dados: 2026.05.25 16:59:02 -03'00'

Rosana Dantas de Andrade Rossiter
Gestora do Contrato
PORTARIA CRCRN Nº 033/2026

006052

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE CASTANHAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 1 / 2026 - CCAST (11.13)

Nº do Protocolo: 23073.017642/2026-37

Castanhal-PA, 09 de março de 2026.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (INSTITUTO AGP)**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.684.924/0001-95, com sede na Rua Bom Jesus, nº 212, Sala 1904, 19º andar, Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80.035-010, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica na prestação de serviços de capacitação e treinamento em Gestão Pública.

Declaramos que os servidores da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS CASTANHAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.621.748/0001-23, participaram do treinamento **"PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS COM USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL"**, realizado no período de 05 a 06/03/2026, em Belém/PA.

Os serviços, objeto da **Nota de Empenho nº 426/2026**, foram executados em estrita conformidade com a programação proposta e dentro dos prazos estabelecidos. O desempenho da instituição atendeu plenamente às expectativas desta administração, não constando, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta técnica ou profissional.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para que produza seus efeitos legais.

(Assinado digitalmente em 09/03/2026 14:28)
CARLA ALMEIDA NEVES VALERIANO
ASSESSOR(A)
COORDCAMPUS (11.13.15)
Matrícula: ###661#7

Visualize o documento original em **https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo: **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, data de emissão: **09/03/2026** e o código de verificação: **c5aa1332c6**

006055

Fundação Sousândrade
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob nº 51.684.924/0001-95, estabelecida na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19. CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, e-mail: contato@institutoagp.com.br, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Eduardo Anziliero, possui comprovada capacidade técnica para a prestação de serviços de capacitação e treinamentos na área de Gestão Pública.

Declaramos que a FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA – FSADU, participou de evento promovido por este Instituto, tendo os serviços sido executados em conformidade com a programação proposta, observando-se rigorosamente os prazos estabelecidos, atendendo plenamente às expectativas, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta ou desempenho.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente atestado para os fins que se fizerem necessários.

São Luís (MA) 17 de março de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
DIEGO GUILHON ROSA DE OLIVEIRA LIMA
Data: 17/03/2026 11:43:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Diego Guilhon Rosa de Oliveira Lima
Gerente Operacional
FSADU

006054

Conab

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (INSTITUTO AGP), inscrita no CNPJ sob o n.º 51.684.924/0001-95, localizada na Rua Bom Jesus, 212, Juvevê, Sala 1904, Andar 19, CEP: 80.035-010, Curitiba/PR, sob responsabilidade do Sr. Eduardo Anziliero (sócio proprietário), prestou o seguinte serviço abaixo especificado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE
1	Contratação de Curso Avançado: ETP, TR, Pesquisa de preços, com uso de inteligência Artificial	PRESENCIAL	14 horas	04

Dados da contratante: **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab) – Superintendência Regional de Rondônia - CNPJ/MF sob o n.º 26.461.699/0383-15**, localizada na Avenida Farquar, nº 3305, Bairro: Panair, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-429.

Atestamos, ainda, que a referida Empresa prestou o serviço conforme solicitado, cumprindo com suas obrigações contratuais satisfatoriamente, nada constando, até a presente data, em nossos arquivos que a desabone.

Porto Velho, em 06 de maio de 2026.

CARLOS EDUARDO DIAS
Gerência de Finanças e Administração
Gerente

ROSEMBERG ALVES PEREIRA
Superintendência Regional de Rondônia
Superintendente

sei! assinatura eletrônica

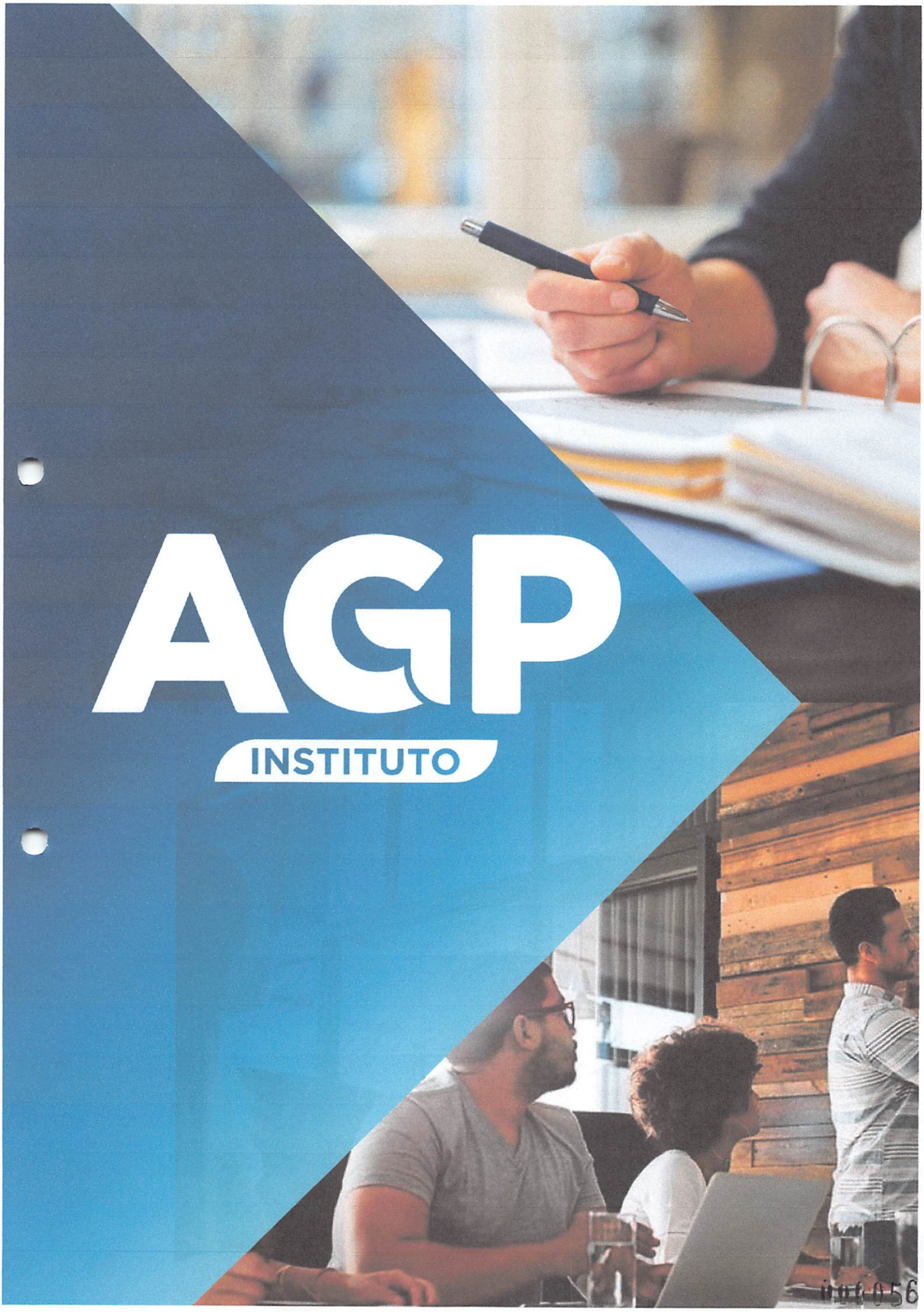
Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS**, **Gerente de Área Regional - Conab**, em 11/05/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Rosemberg Alves Pereira**, **Superintendente Regional - Conab**, em 11/05/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **52424517** e o código CRC **2B74270E**.

006055


AGP
INSTITUTO

AGP
INSTITUTO

@AGPINSTITUTO

Sobre Nós

O Instituto AGP é uma instituição especializada no desenvolvimento de soluções educacionais voltadas à qualificação de agentes públicos, com foco na excelência, inovação e fortalecimento da gestão pública.

O Instituto AGP possui como sócios Eduardo Anziliero e Michella Massoni Moreira, consolidando-se como uma organização comprometida com a excelência técnica em treinamentos e capacitações. A instituição destaca-se pela oferta de soluções educacionais de alto nível, aliadas a um atendimento personalizado e humanizado.

Com sede em Francisco Beltrão, no Paraná, e atuação comercial em Curitiba/PR, o Instituto AGP desenvolve suas atividades em cidades-polo do Estado e em diversas regiões do país, ampliando sua capilaridade e proximidade com os clientes, sempre atento às demandas específicas de cada órgão.

As capacitações voltadas ao setor público são estruturadas para aprimorar a eficiência administrativa, fomentar a inovação e fortalecer a capacidade técnica das instituições, contribuindo para uma gestão pública mais ágil, transparente e orientada a resultados.

O corpo docente é composto por profissionais altamente qualificados, com experiência prática e expertise reconhecida, assegurando a excelência na formação de gestores e servidores públicos.



006057

CURSOS MINISTRADOS

SAO CENTENAS CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

Modernização do Legislativo Municipal, Aspectos mais atuantes da Sociedade, Gestão Fiscalizadora e a participação do Cidadão

Técnica Legislativa

O Servidor Público e a Legislação de Pessoal (INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO)"

Curso Prático sobre Emendas Impositivas Individuais e Coletivas
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Como Implantar o Novo e-Social

A Nova Previdência nos Municípios - A EC 103/2019 e o Servidor Público Municipal

Processo Legislativo

A Covid19, a LC 173 e o Impacto na área de Pessoal

A EC 103/2019 e a Limitação do rol de Benefícios do RPPS

Atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Frente à Situação de Calamidade Pública nos Municípios

Retenções de Imposto de Renda na Fonte

Subsídio de Prefeito e Vereador, como fixar?

O Impacto das alterações da EC 107 nas Eleições Municipais, no calendário Eleitoral e junto à Vedação de Condutas de Agentes e de Órgãos Públicos

Pregão Eletrônico com ênfase no Decreto 10.024/2019

Aspectos Práticos de Emendas Legislativas e Emendas Impositivas

A LC 173, seu art. 9º e a Suspensão das Contribuições Previdenciárias

Problemas na escrituração das perdas dos investimentos do RPPS
Procedimentos no Departamento de Recursos Humanos: Como Proceder frente à LC 173 e à Lei Eleitoral

COMPREV - Curso Atualizado de Compensação Previdenciária (RPPS) - Decreto 10.188/2019 e Portaria 15.829/2020

Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP

As Aposentadorias e Pensões do RPPS no Município até a EC 103/2019

Patrimônio: Organização, Inventário, Avaliação Inicial e Depreciação

Curso Prático de Conferência de Balancetes das Entidades Públicas

A Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Fiscalização da Câmara durante a Pandemia - do pedido de informação à CPI

Curso Prático de Conferência de Balancetes do RPPS, com Ênfase na Contabilização das Perdas de Investimentos, Taxa de Administração e os Reflexos nos Relatórios Fiscais

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

A Matriz de Saldos Contábeis(MSC) e as Inconformidades Geradas nos Relatórios Fiscais(RREO/RGF)

Regularização Fundiária

Gestão de Tesouraria no Setor Público

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709, de 2018) Aplicada aos Municípios

Curso Prático de Regularização do Portal Transparência

Política de Investimentos com Análise do DPIN

As Aposentadorias Voluntárias, por Incapacidade Permanente e Compulsória o Abono de Permanência

Procedimentos Obrigatórios da Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP) – Inconsistências e Ajustes

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

Curso Prático de Elaboração das Notas Explicativas – Poder Executivo, Legislativo e Indiretas

Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico

Interpretando o Cálculo Atuarial: Princípios Básicos

Tributos Municipais e Repartições de Receitas

sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar no Município

Como implantar a LGPD no Município: Curso prático com mapeamento de dados

Como fazer a Revisão e Modernização do conteúdo da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal?

As Exonerações e Rescisões em Final de Mandato Análise Jurídica e Contábil.

Cerimonial de Posse para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores

Atualização do Fundeb 2022

A contratação pública na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

Elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços

Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Município: o passo a passo da implementação.

Compreendendo a Nova Lei de Improbidade Administrativa, Conceitos e Elementos Práticos (Lei nº 14.230/21)

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

A Formalização, Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos

Estratégias para o Executivo Municipal efetivar os 17 ODS da ONU para uma cidade mais Sustentável e Inclusiva

Elaboração e Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal - RREO – RGF – MSC

Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana

Curso de Redação Oficial

E- Social - Análise da Segunda e Terceira Fase, EFD Reinf e DCTF Web

A Organização do Controle Interno no Município

A Organização do Patrimônio no Executivo e no Legislativo Municipal

Abertura Contábil do Exercício e Programação Financeira

O Plano Plurianual no Poder Executivo e Legislativo

Excelência no Atendimento ao Cidadão

Captação de Recursos Federais e sua Execução (Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Compromisso

Curso sobre o Simples Nacional

Ciclo PAR

Curso de Direito Administrativo Básico

Curso preparatório para certificação CPA-10

Prático Sobre Políticas Públicas para Animais

Curso Teórico e Prático - Preenchimento da GFIP através do sistema SEFIP

Noções Gerais sobre Licitações

Recuperação de Ativos Fiscais

DCTF E PERD COMP - Teoria e Prática

RAIS - Teoria e Prática

Planejamento e Orçamento Municipal (PPA, LDO E LOA) com foco no Desenvolvimento do Turismo - Como realizar a sua Implementação e promover o Crescimento das Cidades

A Realização da Seleção de Servidores por meio de Concurso Público

O Novo Regime das Licitações e Contratos Administrativos.

006060

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

Planejamento da Contratação na Nova Lei de Licitações na Prática (ETP, TR, PCA)

Serviço de ProteçãO E Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Atendimento ESpecializado a Famílias e Indivíduos PAEFI

Credenciamento e Registro DE Preços: Procedimentos Auxiliares Previstos na Lei Nº 14.133, de 2021

Retenções Previdenciárias E Retenções de Imposto de Renda na Fonte nas Contratações Realizadas no Setor Públic

Prestação de contas no SIGPC e Ágil – PNAE – PNATE – PDDE - alterações nos sistemas e a sua utilização

Sobre as Medidas Socioeducativas E Projeto Político-Pedagógico

Prático sobre parcerias pela Lei nº 13.019, de 2014, e cuidados com a legislação eleitoral (Tramitação dos Fluxos, Procedimentos, Prorrogações, Análises, Aplicação Prática e Elaboração de peças do Processo)

Cobrança da Dívida Ativa Municipal e Execução Fiscal (Resolução 547 do CNJ e o tema 1184 do STF)

A UTILIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO COMO FERRAMENTA PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Orientações Técnicas para a Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O PAPEL DO ADVOGADO PÚBLICO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 14.133/21

Processos Administrativos Sanitários, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Prevenção e Controle de Zoonoses

A Implantação e Efetividade da Lei da Escuta Especializada e do depoimento especial no âmbito do Município

O ITBI A PARTIR DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E OS REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

Gestão de Eventos e Cerimonial aplicado à Solenidade de Posse na Municipalidade – Novos Eleitos

006061

CURSOS MINISTRADOS
SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO - Segundo a Lei 14.133/21 e IN 5/2017 SEGES/MP

Sindicância e PAD Processo Administrativo Disciplinar – Treinamento para Servidores e Análise de Casos Práticos

Ações Estratégicas para o Aumento (IMEDIATO) da Arrecadação Municipal (ISS, IPTU, ITBI, Refis)

ETP, TR E PESQUISA DE PREÇOS NA PRÁTICA E COM O USO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – IA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CREDENCIAMENTO, MARKETPLACE

Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no eSocial para Órgão Públicos

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Da Instrução Normativa à Aplicação Prática

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO MUNICIPAL: TEORIA, PRÁTICA, ELEMENTOS DE PREVENÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE GESTORES E AGENTES POLÍTICOS

CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

nstrumentos da Fase de Planejamento Contratação: DFD, ETP, MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – DO PLANEJAMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA

COMO ELABORAR E JULGAR AS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS TERCEIRIZADOS

CONFERÊNCIA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/21 (com Prática)

O Plano Plurianual – PPA 2026/2029 e sua interligação com a LDO e Orçamento Anual

ROTINAS NO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS – COMO IDENTIFICAR E ELABORAR PROJETOS

CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS, DIRETORES E GESTORES MUNICIPAIS

REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

AGP INSTITUTO

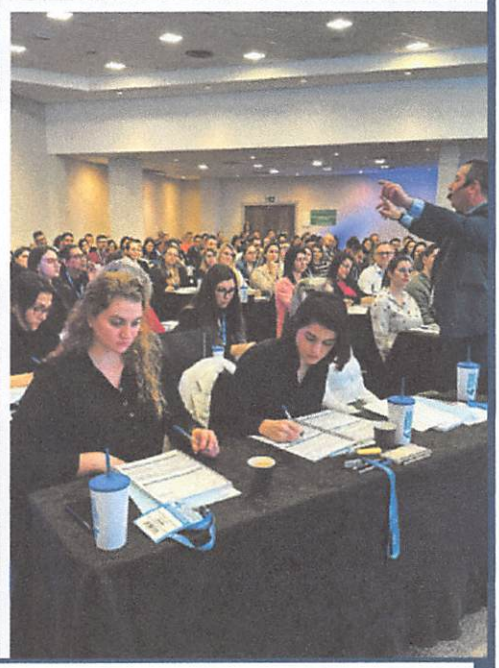


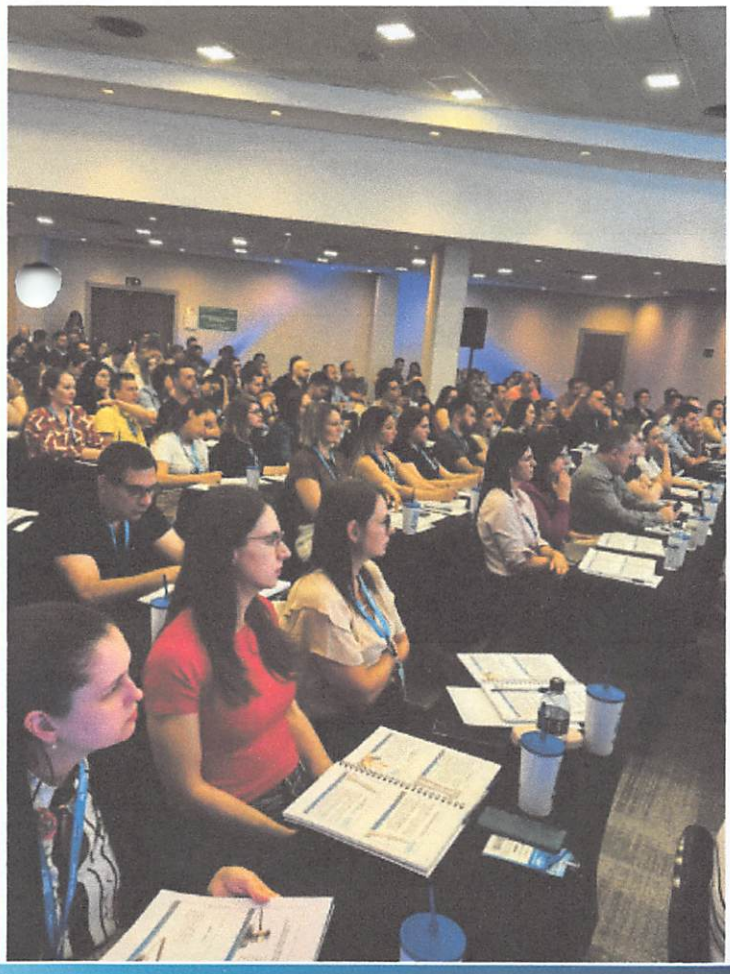














111063

PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

AGP INSTITUTO







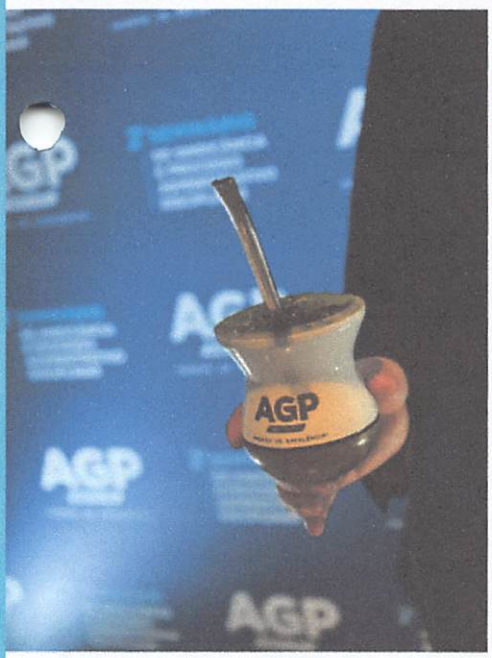
















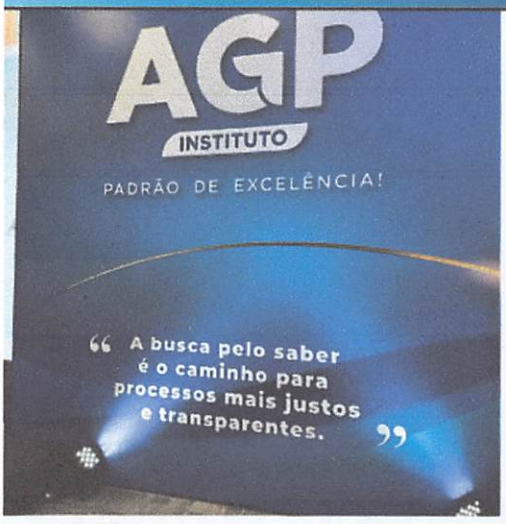


006064

PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

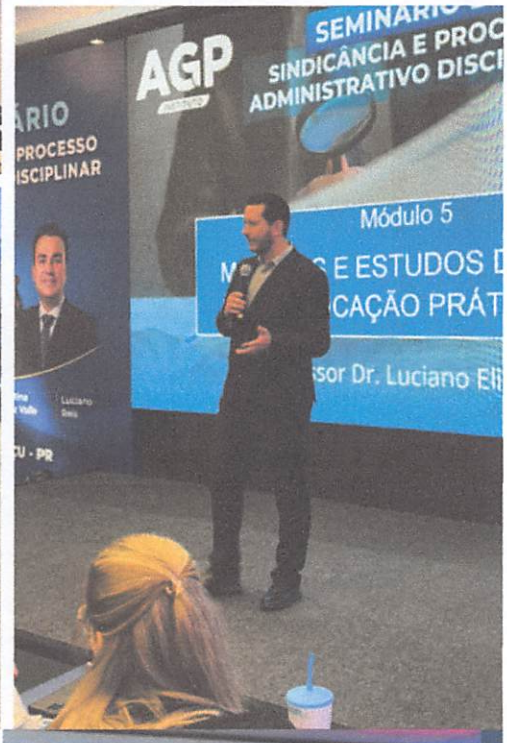
AGP INSTITUTO







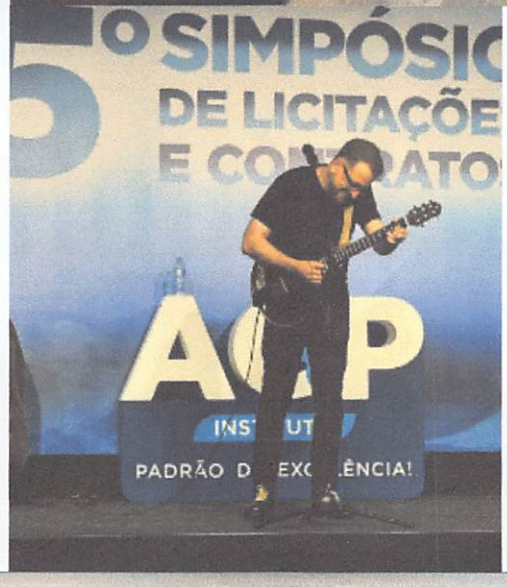


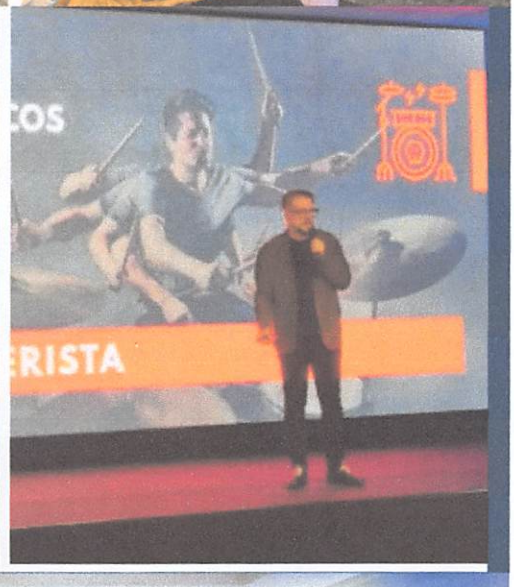






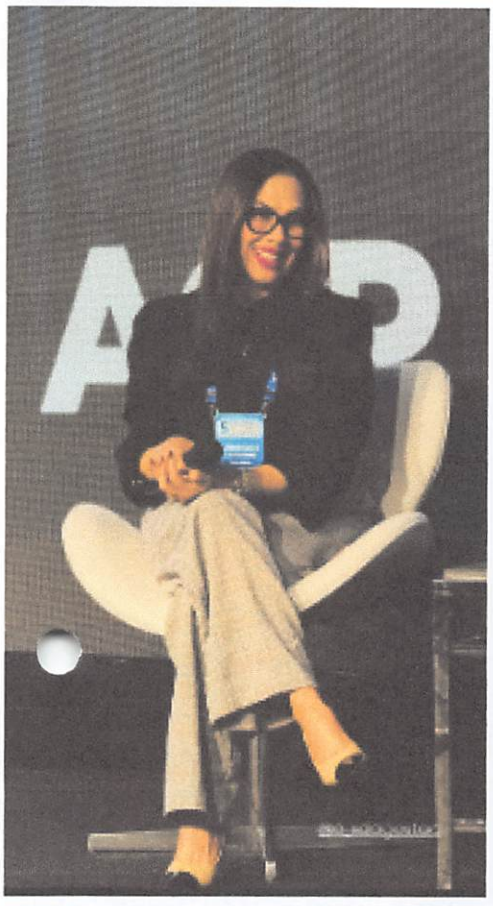




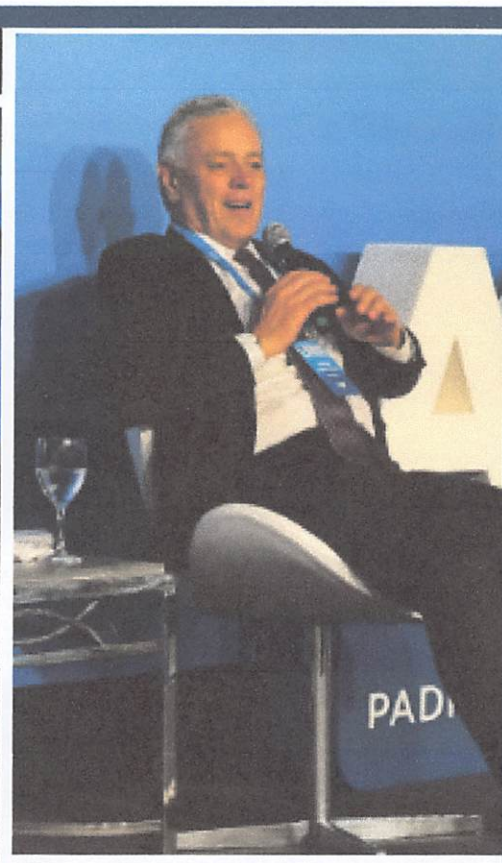




PORTFÓLIO




5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
TALK
SHOW
AGP


PAD




5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
AGP
INSTITUTO
PADRÃO DE EXCELÊNCIA




5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES



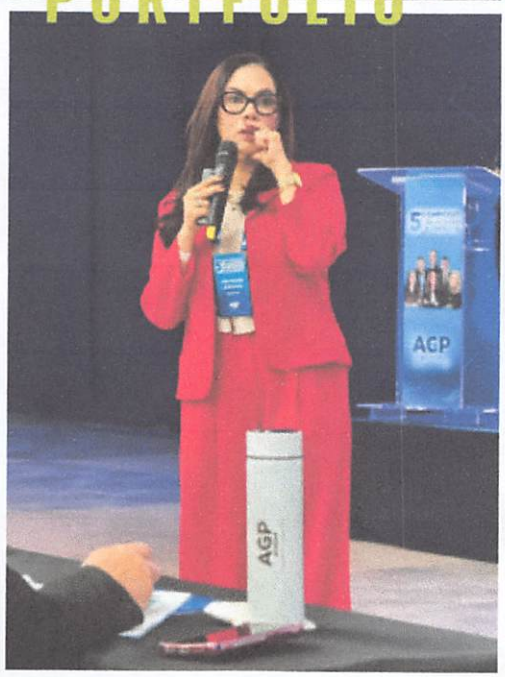

AGP
5º SIMPÓSIO
DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
AGP

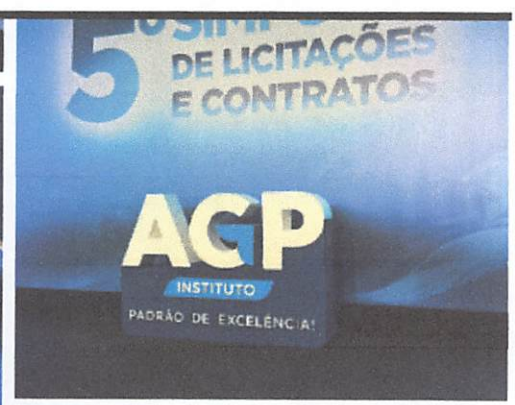


PORTFÓLIO

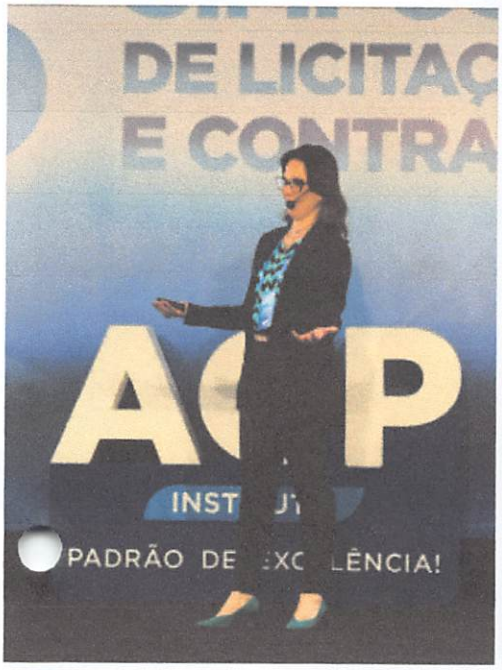





AGP

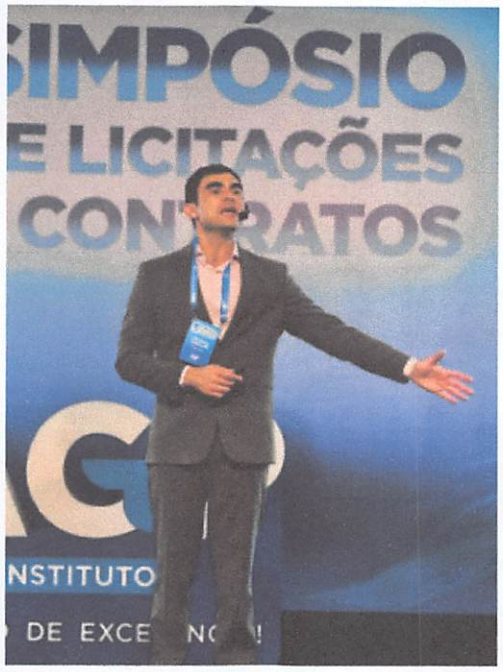

DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS
AGP
INSTITUTO
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!




AGP
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!




AGP
INSTITUTO
PADRÃO DE EXCELÊNCIA!


SIMPÓSIO
E LICITAÇÕES
CONTRATOS


AGP
AGP
AGP
AGP


AGP


AGP
AGP
AGP

PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

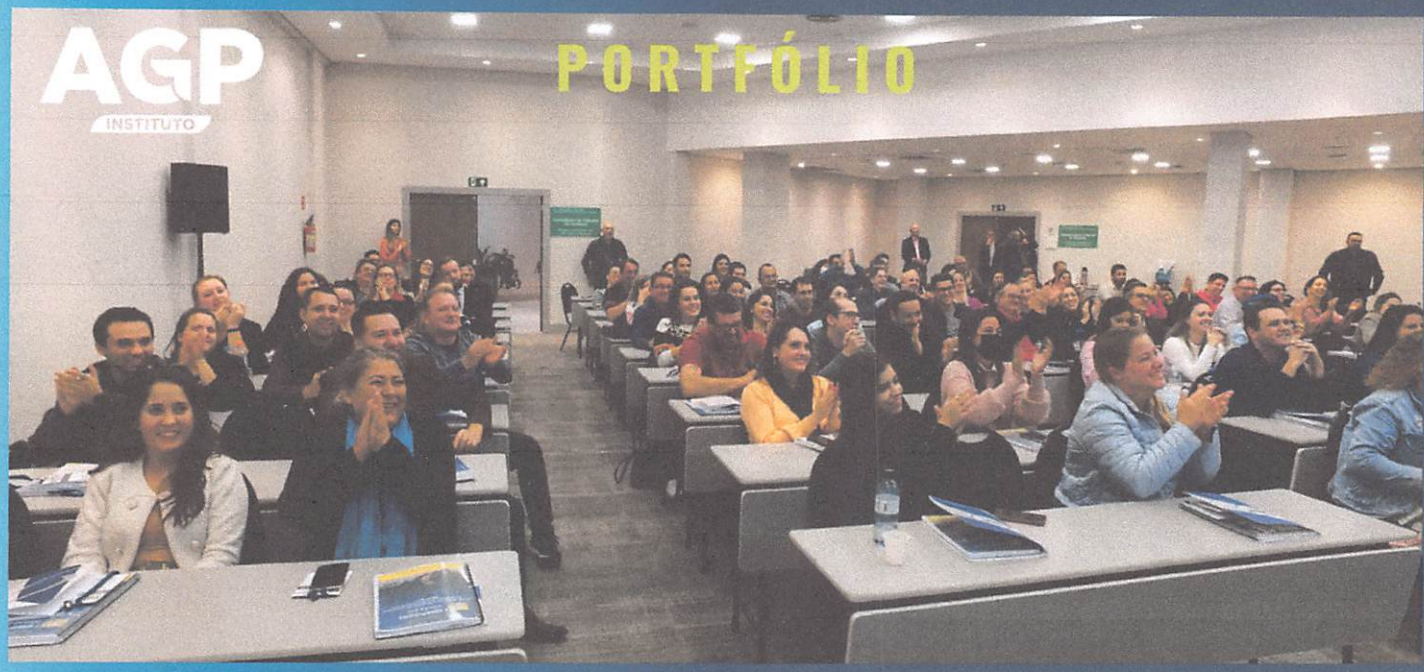
AGP INSTITUTO





AGP
INSTITUTO

PORTFÓLIO







PORTFÓLIO





AGP
INSTITUTO











OFICINAS PRÁTICAS

AGP INSTITUTO

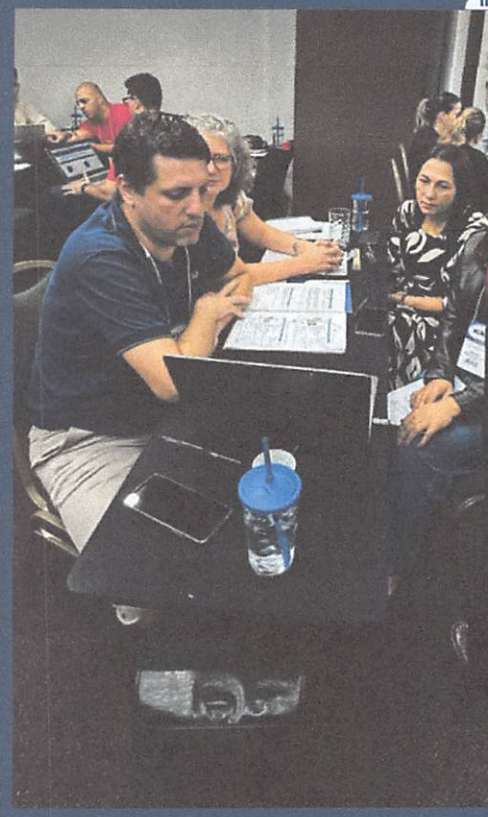


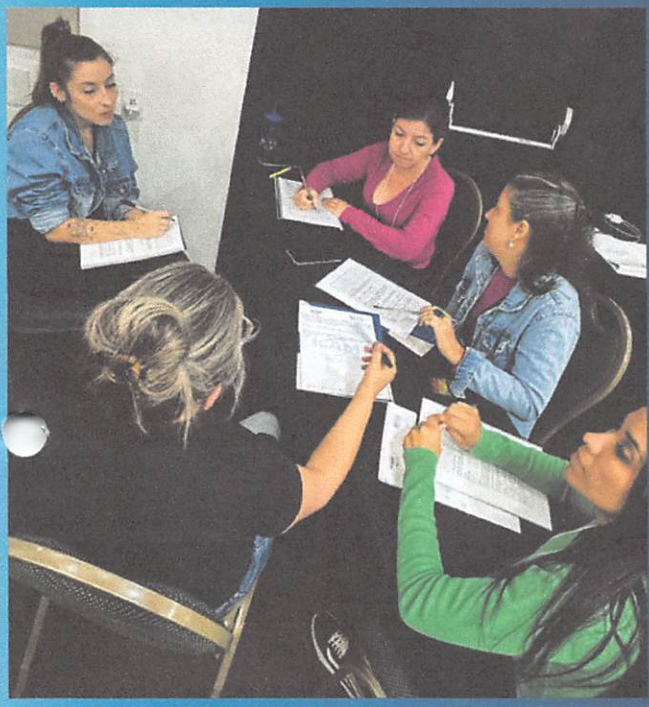


OFICINAS PRÁTICAS

AGP INSTITUTO











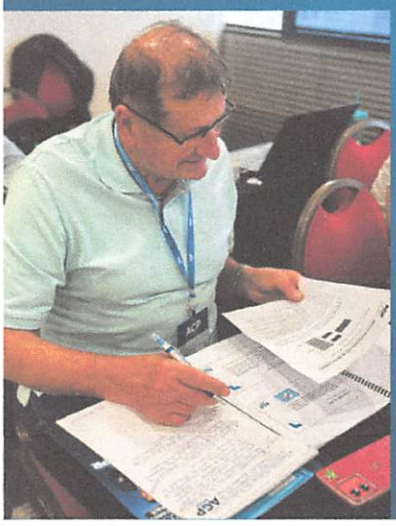


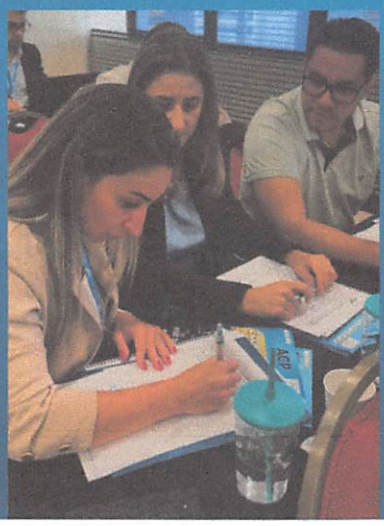
006972

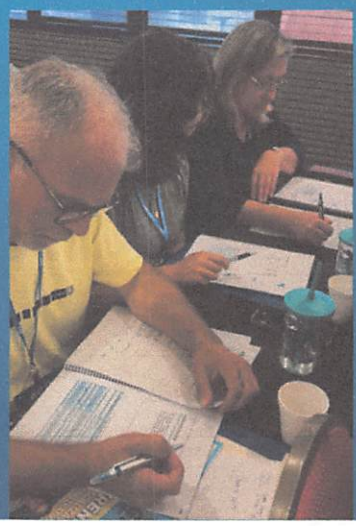


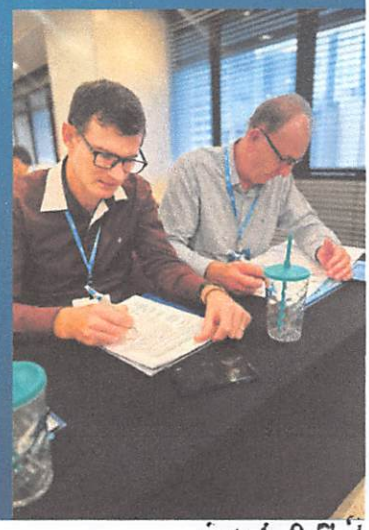












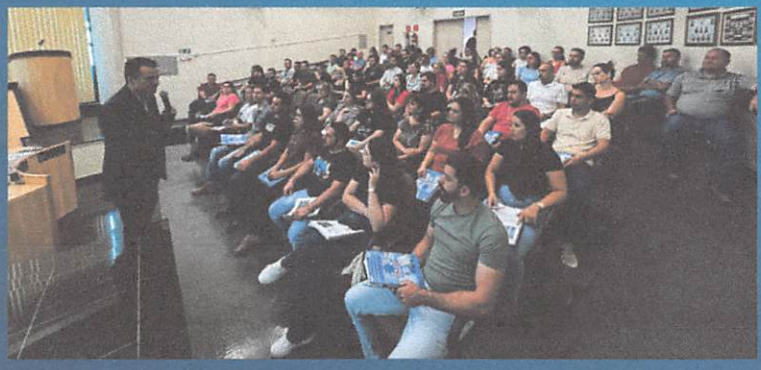
006073

AGP INSTITUTO





AGP
INSTITUTO



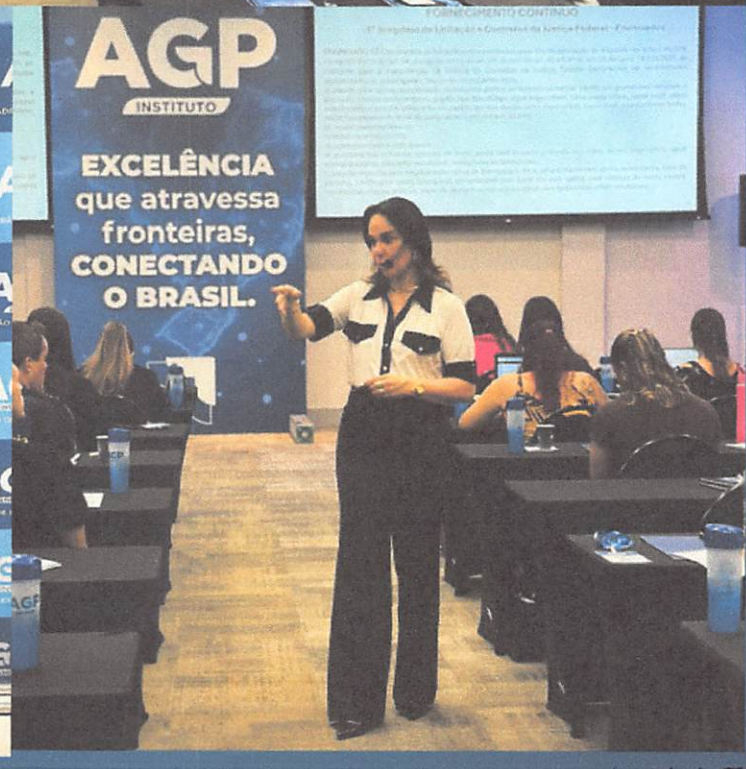


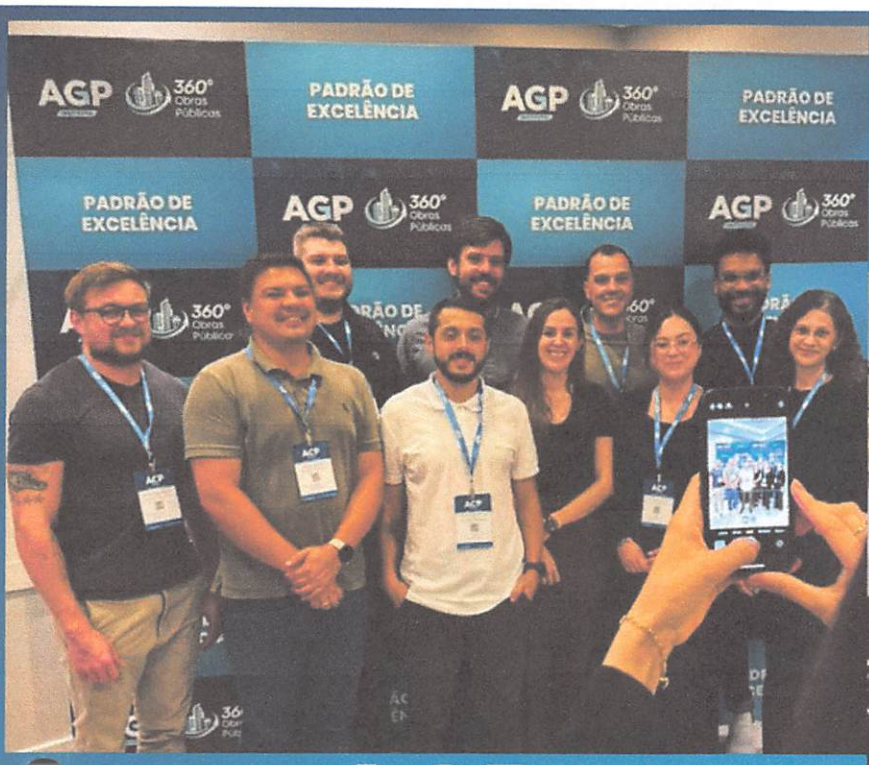
AGP
INSTITUTO













AGP
INSTITUTO





AGP
INSTITUTO

@AGPINSTITUTO

"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original" (Albert Einstein)".

Nós do INSTITUTO AGP acreditamos firmemente neste propósito que é de levar conhecimento com padrão de excelência à todos os órgãos públicos atendidos.

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v2.0
Documento Auxiliar da NFS-e

Município: Curitiba - PR
Ambiente Gerador: 2
Tipo de Ambiente: 1

CHAVE DE ACESSO DA NFS-e
41069022251684924000195000000000008026084186428801

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

NÚMERO DA NFS-e 80	**COMPETÊNCIA DA NFS-e** 07/08/2026	**DATA E HORA DA EMISSÃO DA NFS-e** 07/08/2026 07:58:55	
NÚMERO DA DPS 80	**SÉRIE DA DPS** 70000	**DATA E HORA DA EMISSÃO DA DPS** 07/08/2026 07:58:55	
EMITENTE DA NFS-e Prestador	**SITUAÇÃO DA NFS-e** NFS-e Gerada	**FINALIDADE** -	

PRESTADOR / FORNECEDOR

CNPJ / CPF / NIF 51.684.924/0001-95		**Indicador Municipal (Inscrição)** -	**Telefone** (46) 99970-8582
Nome / Nome Empresarial IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA		**Município / Sigla UF** Curitiba / PR	**Código IBGE / CEP** 41.06902 / 80.035-010
Endereço RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE		**E-mail** contato@institutoagp.com.br	
Simples Nacional na Data de Competência Optante - Microempresa ou Empresa de ...	**Regime de Apuração Tributária pelo SN** Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional		

TOMADOR / ADQUIRENTE

CNPJ / CPF / NIF 03.851.171/0001-12		**Indicador Municipal (Inscrição)** -	**Telefone** (21) 2563-4418
Nome / Nome Empresarial SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA -SESI		**Município / Sigla UF** Rio de Janeiro / RJ	**Código IBGE / CEP** 33.04557 / 20.030-002
Endereço GRACA ARANHA, 1, LOJA A DEPS LOJA B DEPS ANDAR 2 DEPS ANDAR 4 AO 9, CENTRO		**E-mail** robcarvalho@firjan.com.br	

DESTINATÁRIO DA OPERAÇÃO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

INTERMEDIÁRIO DA OPERAÇÃO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional/Municipal 08.02.01 / -		**Código da NBS** 1.2205.19.00	**Local da Prestação / Sigla UF / País** Foz do Iguaçu / PR / -

[illegible]ção, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS-O Futuro das Contratações Públicas, de 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, ao participante Daniel Oliveira Ribeiro
Pedido: 769027
Dados Bancários: PIX: CNPJ 51.684.924/0001-95 | INSTITUTO AGP - Banco 756 Sicoob | Agência 4342 C/C n°. 108.404-6

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL (ISSQN)

Tipo de Tributação do ISSQN Operação Tributável		**Município / Sigla UF / País de Incidência do ISSQN** Curitiba / PR / -	
BC ISSQN -	**Alíquota Aplicada** -	**Retenção do ISSQN** Não Retido	**ISSQN Apurado** -

TRIBUTAÇÃO FEDERAL (EXCETO CBS)

IRRF -		**Contribuição Previdenciária - Retida** -	**Contribuições Sociais - Retidas** -
PIS - Débito Apuração Própria -	**COFINS - Débito Apuração Própria** -	**Descrição Contrib. Sociais - Retidas** -	

TRIBUTAÇÃO IBS/CBS

CST / cClassTrib - / -		**Indicador de Operação / Código IBGE Incidência / Município Incidência / Sigla UF** - / - / - / -	
Exclusões e Reduções da Base de Cálculo R$ 0,00	**Base de Cálculo Após Exclusões e Reduções** -	**Red. Alíquota IBS / Red. Alíquota CBS** - / - / -	**Alíquota - IBS UF / IBS Mun** - / -
Alíq. Efetiva Municipal - IBS -	**Valor Apurado Municipal - IBS** -	**Alíq. Efetiva Estadual - IBS** -	**Valor Apurado Estadual - IBS** -
Valor Total Apurado - IBS -	**Alíquota - CBS** -	**Alíquota Efetiva - CBS** -	**Valor Total Apurado - CBS** -

VALOR TOTAL DA NFS-e

VALOR DA OPERAÇÃO / SERVIÇO R$ 3.990,00		**Desconto Incondicionado** -	**Desconto Condicionado** -
To[illegible]s Retenções (ISSQN / Federais) -	**VALOR LÍQUIDO DA NFS-e** R$ 3.990,00	**Total do IBS/CBS** R$ 0,00	**VALOR LÍQUIDO DA NFS-e + IBS/CBS** R$ 0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Totais aproximados dos Tributos cfe. Lei n° 12.741/2012: Federais: -; Estaduais: -; Municipais: -;

DATA CIENTIFICAÇÃO:	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA	N° NFS-e / CHAVE NFS-e
		80 / 41069022251684924000195000000000008026084186428801

006079

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Secretaria Municipal de Finanças
nif@curitiba.pr.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
41069022251684924000195000000000079260757919299 98

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
79	31/07/2026	31/07/2026 13:27:09
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
79	70000	31/07/2026 13:27:09

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
51.684.924/0001-95	-	(46) 9970-8582

Nome / Nome Empresarial
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

E-mail
CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR

Endereço	Município	CEP
RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE	Curitiba - PR	80035-010

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
34.593.525/0001-08	-	-

Nome / Nome Empresarial
MUNICIPIO DE MEDICILANDIA

E-mail
-

Endereço	Município	CEP
DOM EURICO, 1035, EDIF PREFEITURA, CENTRO	Medicilândia - PA	68145-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
02.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...	-	Foz do Iguaçu - PR	-

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O Futuro das Contratações Públicas, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, ao servidor Ozimar Martins Palheta.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Curitiba - PR	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 3.990,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	Contribuição Previdenciária - Retida	Contribuições Sociais - Retidas	Descrição Contrib. Sociais - Retidas
-	-	-	-
PIS - Débito Apuração Própria	**COFINS - Débito Apuração Própria**		
-	-		

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 3.990,00	-	-	-
Total das Retenções Federais	**PIS/COFINS - Débito Apur. Própria**		**Valor Líquido da NFS-e**
-	-		R$ 3.990,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

006080

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Secretaria Municipal de Finanças
nif@curitiba.pr.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
41069022251684924000195000000000007726072815143989

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
77	22/07/2026	22/07/2026 16:14:07
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
77	70000	22/07/2026 16:14:07

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
51.684.924/0001-95	-	(46) 9970-8582

Nome / Nome Empresarial
IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

E-mail
CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR

Endereço	Município	CEP
RUA BOM JESUS, 212, JUVEVE	Curitiba - PR	80035-010

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
00.438.200/0001-20	-	-

Nome / Nome Empresarial
SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO DF

E-mail
-

Endereço	Município	CEP
SIA TRECHO 03, 1580, SEBRAE DF, SIA	Brasília - DF	71200-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
08.02.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...	-	Foz do Iguaçu - PR	-

Descrição do Serviço
Inscrição no 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - O Futuro das Contratações Públicas, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, a participante Mariela Souza de Jesus.
Dados Bancários: PIX: CNPJ 51.684.924/0001-95 | INSTITUTO AGP - Banco 756 Sicoob | Agência 4342 C/C n°. 108.404-6

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Curitiba - PR	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 3.990,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
-	-	Não Retido	-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	Contribuição Previdenciária - Retida	Contribuições Sociais - Retidas	Descrição Contrib. Sociais - Retidas
-	-	-	-
PIS - Débito Apuração Própria	**COFINS - Débito Apuração Própria**		
-	-		

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 3.990,00	-	-	-
Total das Retenções Federais	**PIS/COFINS - Débito Apur. Própria**		**Valor Líquido da NFS-e**
-	-		**R$ 3.990,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto-PR, 04 de setembro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni – Prefeito Municipal

Preliminarmente para a autorização solicitada para Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR., encaminhamos:

PARA: Secretaria de Finanças;
- para fins de indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;

PARA: Departamento de Materiais e Compras;
- para fins de elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação/contrato;

PARA: Departamento Jurídico;
- para fins de análise e indicação da modalidade a ser adotada.

Cordialmente,

Luiz C. Boni

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal

006082

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

Planalto-PR, 04 de setembro de 2026.

DE: Secretaria de Finanças

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Em atenção à solicitação visando a Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR., expedido por Vossa Excelência na data de 04/09/2026, com fulcro nos artigos 212 e 216, § 6º da Constituição Federal de 1988, vimos por meio deste, informar que a despesa decorrente do referido processo observadas as características e demais condições, especificações, valores e quantidades definidas, não comprometem os recursos mínimos destinados à saúde e a educação, conforme pedido exarado pelo secretário Marcelo Felipe Schmitt no valor total R$11.070,00 (onze mil e setenta reais). Sendo que o pagamento será efetuado através das Dotações Orçamentárias:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00430	02.103.04.122.0402.2013	3.3.90.39.00.00.00000

Cordialmente,

JONES ROBERTO KINNER
CONTADOR - C.I. RG Nº 3.654.820-7 – PR

ENSON ELEMAR SCHABO
Secretário de Finanças

006033

Prefeitura Municipal de Planalto - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 04/09/2026

Equiplano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
02 Secretaria de Administração				**450.000,00**	**450.000,00**	**135.125,63**	**314.874,37**
103 Departamento de Administração Geral				**450.000,00**	**450.000,00**	**135.125,63**	**314.874,37**
04.122.0402.2013 Ações do Conselho de Desenvolvimento Municipal				**450.000,00**	**450.000,00**	**135.125,63**	**314.874,37**
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
00430	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	450.000,00	450.000,00	135.125,63	314.874,37
			Total Geral	**450.000,00**	**450.000,00**	**135.125,63**	**314.874,37**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 04/09/2026
Orgão entre: 02 e 02
Tipo: 2
Ordem: 013
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00
Fonte de recurso entre: 00000 e 00000

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° ...../2026

PROCESSO N°...../2026

Conforme solicitações e parecer jurídico, optou-se pela inexigibilidade de licitação na forma do art. 74, inciso III da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores à despesa abaixo especificada.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR. Conforme abaixo segue:

ITEM	OBJETO	QTD	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR. Servidores participantes: Carla Sabrina Rech Malinski – Gestora de Contratos; Fernanda Scherer Marzec – Pregoeira/Agente de Contratação; Patrique Mattos Drey – Procurador Jurídico Municipal.	03	UN	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00
					TOTAL: R$ 11.070,00

EMPRESA: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

CNPJ N° 51.684.924/0001-95.

VALOR TOTAL: R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).

Boni

006085

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos financeiros próprios do Município de Planalto, Proveniente das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00430	02.103.04.122.0402.2013	3.3.90.39.00.00.00000

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a execução do objeto e apresentação da respectiva nota fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO: A capacitação será realizada nos dias 23, 24 e 25 de setembro, no Grand Carimã Resort Convention Center, localizado na Av. das Cataratas, 4790, Vila Carimã município de Foz do Iguaçu-PR e terá carga horária total de 21 horas-aula, conforme proposta comercial apresentada.

PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO: A contratação terá vigência de 03 (meses) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Planalto – PR, ... de .....de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

BONI

006086

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026
INEXIGIBILIDADE Nº ...../2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20.
CONTRATADA: ....., devidamente inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede à ....., neste ato representado pelo Administrador o Sr. ....., brasileiro, comerciante, portador do RG n.º ....., e do CPF sob n.º ....., residente e domiciliado, ..., pelas partes contratantes, fica acertado e ajustado o presente contrato, que se regerá nos termos da Lei n° 14.133/2021, assim como pelas condições do Termo de **INEXIGIBILIDADE N° ...../2026** pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
Parágrafo Único - Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR. Conforme abaixo segue:

ITEM	OBJETO	QTD	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR. Servidores participantes: Carla Sabrina Rech Malinski – Gestora de Contratos;	03	UN	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00

Boni

006087

	Fernanda Scherer Marzec – Pregoeira/Agente de Contratação; Patrique Mattos Drey – Procurador Jurídico Municipal.				
					TOTAL:R$ 11.070,00

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no termo de **INEXIGIBILIDADE Nº. ...../2026**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Parágrafo Único - Pela integral e satisfatória execução do objeto indicado na Cláusula Primeira a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$11.070,00 (onze mil e setenta reais),** daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL"

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, após apresentação da respectiva nota fiscal.

Parágrafo Segundo - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

Parágrafo Terceiro - A Nota Fiscal de faturamento preenchida sem rasuras, com a descrição completa, devidamente certificada pelo responsável da Secretaria Municipal solicitante, comprovando que o objeto foi executado em conformidade com as condições estabelecidas no Contrato, Anexos e Cronograma:

a) Descrição da execução do objeto conforme licitado;

b) Número do processo licitatório.

c) Número do Contrato.

Parágrafo Quarto - A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes o objeto do presente contrato, em função de alterações na legislação pertinente.

Parágrafo Quinto - Em recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

Parágrafo Sexto - O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para conta em nome da **Pessoa Jurídica contratada**, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, no prazo definido no Termo de Inexigibilidade.

BONI

006088

Parágrafo Sétimo - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada, emitente da fatura.

CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da CONTRATANTE e da CONTRATADA o adimplemento total do presente Contrato.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar de acordo as determinações do Contrato, do Termo de inexigibilidade e seus Anexos.

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

d) Pagar à Contratada o valor resultante da execução, na forma do contrato;

e) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

f) Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pela contratada;

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o serviço de capacitação dos servidores municipais nos dias e horários definidos, conforme a proposta encaminhada.

b) A contratada deverá comunicar previamente qualquer alteração no cronograma, local de realização ou responsável técnico do curso, em relação ao que foi apresentado na proposta inicial.

c) A contratada deverá disponibilizar estrutura adequada para a realização do curso, incluindo salas, materiais didáticos, equipamentos audiovisuais e demais recursos necessários.

d) Emitir certificados de participação para os servidores que cumprirem a carga horária mínima exigida, contendo: nome do participante, título do curso, carga horária, local, data, e assinatura do responsável.

e) A Contratada se responsabilizará por todas as despesas relativas ao pagamento de seus empregados, encargos trabalhistas, previdenciários, bem como imposto e taxas incidentes sobre o presente contrato, matérias utilizados, além das despesas decorrentes de mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Parágrafo Único - Para cobertura das despesas decorrentes desta licitação serão utilizados recursos financeiros oriundos do Município de Planalto. Proveniente das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Zoni

006089

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00430	02.103.04.122.0402.2013	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Parágrafo Primeiro - A empresa CONTRATADA deverá prestar o serviço de capacitação conforme a data, local e conteúdo definido na proposta que segue em anexo ao Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - A capacitação será realizada nos dias 23, 24 e 25 de setembro, no Grand Carimã Resort Convention Center, localizado na Av. das Cataratas, 4790, Vila Carimã município de Foz do Iguaçu-PR e terá carga horária total de 21 horas-aula.

Parágrafo Terceiro - O conteúdo será divido conforme disposto na proposta comercial apresentada pelo Instituto AGP.

Parágrafo Quarto - Ficarão a cargo da Contratada todas as despesas, diretas e indiretas, relativas à apresentação, materiais utilizados, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto contratado.

Parágrafo Quinto - A Contratada deverá seguir a regulamentação imposta pelo Decreto municipal Nº 5548/2023 o qual trata sobre a retenção de Imposto de Renda (IR), para emissão dos documentos fiscais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLENCIA DO CONTRATO – FASE CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 a contratada que:

a) não assinar o contrato quando convocado não aceitar/retirar a "Ordem de Serviços";

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos nos autos do processo;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) cometer fraude fiscal;

f) comportar-se de modo inidôneo;

Parágrafo Segundo - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa.

Parágrafo Terceiro - A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) multa de até 20 % (vinte por cento) do valor total do Contrato; e

b) impedimento em licitar e contratar com o município pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - Pelo inadimplemento total ou parcial do Contrato, independentemente de rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita, a critério do município, às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% (dez por cento) pela inexecução parcial do Contrato, incidindo

BONI

006090

sobre o valor do saldo da mesma.
b) Multa de até 20% (vinte por cento) pela inexecução total do Contrato, incidindo sobre o valor total da mesma.
Parágrafo Quinto - Pela inexecução total ou parcial contrato e/ou termo de inexigibilidade, ou por imperícia, poderá ser rescindida a contratação, ficando a CONTRATADA impedida de participar de licitações realizadas pelo MUNICÍPIO.
a) Pelo período de 02 (dois) anos, sem prejuízo do disposto nos demais subitens deste item.
Parágrafo Sexto - As multas previstas neste item, não terão caráter compensatório, mas meramente moratório e o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato vier a acarretar.
Parágrafo Sétimo - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do pagamento respectivo ou, se for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA NONA - PRAZOS
Parágrafo Único - A contratação terá vigência de 03 (meses) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO
Parágrafo Único - O preço do presente objeto não sofrerá reajuste durante a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
Parágrafo Único - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO
Parágrafo Primeiro - O contrato poderá ser rescindido:
a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I do art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.
b) Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Quarto - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Bon. 006091

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:
a) GESTOR DO CONTRATO: Carla Sabrina Rech Malinski
b) FISCAL DO CONTRATO: Marcelo Felipe Schmitt.

Parágrafo Segundo - Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

Parágrafo Terceiro - Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

Parágrafo Quarto - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Quinto - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO

Parágrafo Único - As comunicações necessárias em razão deste Contrato devem ser feitas por escrito, e enviadas através de carta registrada, ou protocoladas na Prefeitura Municipal de Planalto, Praça São Francisco de Assis, 1583, Centro, CEP: 85.750-000 – Planalto, Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Único - Não será permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do objeto do presente contrato.

006092

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Parágrafo Único - O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 14.133/2021, suas alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS

Parágrafo Único - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Parágrafo Único - Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/PR, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja. E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, CONTRATADA e testemunhas.

Planalto – PR, ... de 2026.

_____
CONTRATANTE

_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

....

Boni

MUNICIPIO DE PLANALTO
CNPJ Nº 76.460.526/0001-16
Praça São Francisco de Assis, 1583 – CEP: 85.750-000
e-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Fone: (046) 3555-8100 – Fax: (46) 3555-8101
PLANALTO - PARANÁ

PARECER JURÍDICO

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, INCISO III, ALÍNEA "F", C/C ART. 6°, INCISO XVIII, ALÍNEA "F", DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021. INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM EVENTO DE CAPACITAÇÃO ABERTO A TERCEIROS. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DA ENTIDADE PROMOTORA. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO DEMONSTRADA. REQUISITOS FORMAIS DO ART. 72 ATENDIDOS. PARECER FAVORÁVEL, COM RECOMENDAÇÃO.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração de Planalto/PR.

OBJETO: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições destinadas à participação de servidores municipais no 6° Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", promovido pelo Instituto AGP (IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, CNPJ n° 51.684.924/0001-95), a realizar-se nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, no Grand Carimã Resort Convention Center, em Foz do Iguaçu/PR, no valor total estimado de R$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais).

I – RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Administração de Planalto/PR formalizou solicitação de demanda para a contratação de 03 (três) inscrições no 6° Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, evento presencial a se realizar em Foz do Iguaçu/PR nos dias 23 a 25 de setembro de 2026, destinado à capacitação de servidores que atuam nos processos de licitações e contratações administrativas do Município.

Os autos foram instruídos com: (i) Formulário de Solicitação de Demanda, com autorização de abertura pelo Chefe do Executivo Municipal; (ii) Estudo Técnico Preliminar, com enquadramento da contratação e estimativa de valor; (iii) proposta comercial do Instituto AGP, com pesquisa de preços para aferição de compatibilidade, nos termos do art. 23, §4°, da Lei Federal n° 14.133/2021; (iv) documentação de regularidade fiscal, trabalhista e de idoneidade da contratada

006094

(certidões federal, municipal, do TCE/PR, da Justiça do Trabalho e do CEIS/CNEP, além de declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação); (v) indicação de dotação orçamentária; e (vi) minutas do Termo de Inexigibilidade de Licitação e do instrumento contratual.

O valor total estimado da contratação é de R$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais), correspondente a R$ 3.690,00 por inscrição, a ser suportado pela dotação orçamentária n° 02.103.04.122.0402.2013, elemento de despesa 3.3.90.39.00.00.00000 (conta 00430).

É o relatório. Passa-se à análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 Do enquadramento legal na hipótese de inexigibilidade de licitação

A contratação foi enquadrada no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal n° 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. A própria Lei, no art. 6°, inciso XVIII, alínea "f", inclui expressamente o "treinamento e aperfeiçoamento de pessoal" no rol dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

O enquadramento legal da inscrição de servidores em cursos e eventos de capacitação abertos a terceiros nessa hipótese é entendimento consolidado desde a vigência da legislação anterior, remontando à Decisão Plenária do Tribunal de Contas da União n° 439/1998, e permanece aplicável sob a sistemática da Lei Federal n° 14.133/2021.

A inexigibilidade de licitação, contudo, não decorre automaticamente do enquadramento do objeto em uma das hipóteses elencadas nas alíneas do art. 74, III, que são exemplificativas. É necessário que reste concretamente demonstrada, nos autos, a inviabilidade de competição em relação ao objeto específico pretendido pela Administração, sob pena de a contratação direta configurar-se indevida.

006095

II.2 Da inviabilidade de competição e da notória especialização

No caso concreto, o Estudo Técnico Preliminar consigna que a Administração não pretende a aquisição genérica de um serviço de treinamento, mas especificamente a participação no 6° Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, evento com conteúdo, programação, corpo de palestrantes e metodologia próprios, definidos e organizados com exclusividade pelo Instituto AGP. A singularidade do evento – e não da atividade de capacitação em licitações e contratos considerada em abstrato – é o elemento que afasta a viabilidade de comparação objetiva entre fornecedores, na medida em que não se pode substituir a participação no evento específico por serviço equivalente prestado por terceiro, sem descaracterizar o próprio objeto pretendido.

A justificativa apresentada está em consonância com a orientação doutrinária e jurisprudencial sobre a matéria, segundo a qual, ainda que a exigência de "natureza singular" não conste mais expressamente do texto legal, cabe ao agente público indicar, de forma concreta e motivada, as razões pelas quais a competição se mostra inviável no caso examinado – ônus que os autos, no ponto, atendem satisfatoriamente.

II.3 Da compatibilidade e justificativa do preço

O valor de R$ 3.690,00 por inscrição foi objeto de pesquisa de preços, com documentação comprobatória de valores praticados em contratações semelhantes e de tabela da própria contratada, em atenção ao parâmetro do art. 23, §4°, da Lei Federal n° 14.133/2021, que autoriza, nas contratações diretas, a comprovação da compatibilidade de preços por meio de mídia, tabela de preços de associações profissionais, sítios eletrônicos especializados, contratações similares de outros entes públicos ou privados, ou pesquisa direta com fornecedores, sem prejuízo de outros meios idôneos. A instrução, no ponto, mostra-se adequada.

II.4 Dos requisitos formais da contratação direta (art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021)

O art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021 exige que o processo de contratação direta seja instruído, no que couber, com: documento de formalização de demanda; estudo técnico preliminar; parecer jurídico; demonstração da compatibilidade da previsão de

006096

recursos orçamentários; comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente. A conferência desses elementos nos autos permite as seguintes constatações:

– Documento de Formalização de Demanda e autorização de abertura pelo Chefe do Executivo: presentes;

– Estudo Técnico Preliminar, com enquadramento legal e estimativa de valor: presente;

– Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e de idoneidade da contratada (CNDs federal, municipal e do TCE/PR, certidão da Justiça do Trabalho, consulta ao CEIS/CNEP e declaração de inexistência de fatos supervenientes): presentes;

– Indicação de dotação orçamentária específica (conta 00430 – 02.103.04.122.0402.2013 – 3.3.90.39.00.00.00000), compatível com o extrato de execução orçamentária constante dos autos: presente;

– Razão da escolha do contratado e justificativa de preço, na forma acima examinada: presentes;

– Minutas do Termo de Inexigibilidade de Licitação e do instrumento contratual, com indicação de gestor e fiscal do contrato, prazo de vigência (03 meses) e cláusulas de execução, sanção e rescisão compatíveis com a Lei Federal n° 14.133/2021: presentes.

Verifica-se, assim, o atendimento aos requisitos formais estabelecidos no art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021 para a contratação direta por inexigibilidade de licitação.

II.5 Observação quanto à designação do gestor do contrato

Registra-se, à parte da análise de legalidade da contratação em si, que a servidora indicada como Gestora do Contrato (Carla Sabrina Rech Malinski) figura simultaneamente entre os servidores participantes/beneficiários da capacitação a ser contratada.

Embora tal circunstância não configure, por si só, vício de legalidade apto a comprometer a contratação – a gestão contratual não se confunde com a análise jurídica de legalidade do processo, esta sim submetida ao regime de impedimento do art. 18 da Lei Federal n° 9.784/1999 –, recomenda-se, por boa prática de governança e segregação de funções, que a Administração avalie a conveniência de designar, para a fiscalização/gestão de contratos futuros da mesma natureza, servidor que não figure entre os beneficiários diretos do objeto contratado.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela LEGALIDADE da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6°, inciso XVIII, alínea "f", da Lei Federal n° 14.133/2021, para fornecimento de 03 (três) inscrições no 6° Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos, em favor do Instituto AGP (IAGP Corporativo Aplicado em Gestão Pública LTDA, CNPJ n° 51.684.924/0001-95), no valor total de R$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais), por restarem atendidos os requisitos de enquadramento legal, de inviabilidade de competição, de compatibilidade de preço e os requisitos formais do art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021, ressalvada a recomendação de governança consignada no item II.5.

Recomenda-se, por fim, o prosseguimento do feito com a ratificação do ato pela autoridade competente e a publicação do extrato do Termo de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 72, parágrafo único e art. 94 da Lei Federal n° 14.133/2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Planalto/PR, 14 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO ANDERSON KLAUCK
Data: 14/09/2026 15:45:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOÃO ANDERSON KLAUCK
PROCURADOR JURÍDICO – OAB-PR 61.323

006098

MUNICÍPIO DE PLANALTO
CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Planalto-PR, 16 de setembro de 2026.

DE: Luiz Carlos Boni

PARA: Comissão de Licitações

Considerando as informações e pareceres contidos no presente Processo, Autorizo a Contratação através de **INEXIGIBILIDADE,** pertinente à contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR, nos termos do Art. 74, inciso III, da Lei 14.133/21 e demais disposições legais.

A Comissão de Licitação nomeada pela Portaria 485/2026

Encaminhe-se ao Departamento de Compras e Licitações para as providências necessárias.

Luiz C. Boni

Luiz Carlos Boni
Prefeito Municipal

000095

MUNICÍPIO DE PLANALTO

CNPJ: 76.460.526/0001-16
Fone: (46) 3555-8100 - Fax: (46) 3555-8101
E-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Praça São Francisco de Assis, 1583
85750-000 PLANALTO - PARANÁ

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2026

PROCESSO N°172/2026

Conforme solicitações e parecer jurídico, optou-se pela inexigibilidade de licitação na forma do art. 74, inciso III da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores à despesa abaixo especificada.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR. Conforme abaixo segue:

ITEM	OBJETO	QTD	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR. Servidores participantes: Carla Sabrina Rech Malinski – Gestora de Contratos; Fernanda Scherer Marzec – Pregoeira/Agente de Contratação; Patrique Mattos Drey – Procurador Jurídico Municipal.	03	UN	R$ 3.690,00	R$ 11.070,00
					TOTAL: R$ 11.070,00

EMPRESA: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

CNPJ N° 51.684.924/0001-95.

VALOR TOTAL: R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).

Boni

006100

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação serão utilizados recursos financeiros próprios do Município de Planalto, Proveniente das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00430	02.103.04.122.0402.2013	3.3.90.39.00.00.00000

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a execução do objeto e apresentação da respectiva nota fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO: A capacitação será realizada nos dias 23, 24 e 25 de setembro, no Grand Carimã Resort Convention Center, localizado na Av. das Cataratas, 4790, Vila Carimã município de Foz do Iguaçu-PR e terá carga horária total de 21 horas-aula, conforme proposta comercial apresentada.

PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO: A contratação terá vigência de 03 (meses) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Planalto – PR, 16 de setembro de 2026.

Luiz C. Boni

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006101

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, na forma do art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores, optou pela inexigibilidade de licitação a despesa abaixo especificada:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR.
EMPRESA: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.
CNPJ Nº. 51.684.924/0001-95.
VALOR: R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).
DATA: 16 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:6D2BE6B7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/09/2026. Edição 3618
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 229/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ADELCI BUENO
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 17.578,60 (dezessete mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ADRIANA GONÇALVES DE MORAIS
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 5.591,13 (cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e treze centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 225/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ADRIANE INES SIMON SCHEWE
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 208/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ANA PAULA ALVES HOFFMANN
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 39.714,31 (trinta e nove mil, setecentos e quatorze reais e trinta e um centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 211/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ARGEL PEREIRA
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 9.164,09 (nove mil, cento e sessenta e quatro reais e nove centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, na forma do art. 74, inciso II da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores, optou pela inexigibilidade de licitação a despesa abaixo especificada:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 03 (três) inscrições para participação no 6º Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos – "O Futuro das Contratações Públicas", a realizar-se presencialmente nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2026, em Foz do Iguaçu/PR, para capacitação e atualização de servidores municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração de Planalto -PR.
EMPRESA: IAGP CORPORATIVO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.
CNPJ Nº. 51.684.924/0001-95.
VALOR: R$11.070,00 (onze mil e setenta reais).
DATA: 16 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 210/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: CLEDI APARECIDA MOURA DA FONSECA
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 21.471,22 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 223/2026
DISPENSA Nº 018/2026

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: CLAUDETE REGINA GUNZEL
OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública atendendo educação infantil, ensino fundamental e educação especial, verba FNDE/PNAE, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:
VALOR TOTAL: R$ 39.926,05 (trinta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e cinco centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA
DISPENSA Nº 022/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, dispensa de licitação a despesa abaixo especificada:
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de apresentação/show artístico/cultural de Danças típicas Austríacas e Alemã, para integrar a programação do evento comemorativo ao Dia do Idoso, a ser realizado no Município de Planalto-PR, no dia 26 de setembro de 2026, nas dependências do Centro de Múltiplo Uso - Flori Vanderlei Carlini.
EMPRESA: GRUPO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS AUSTRÍACAS LINDENTAL.
CNPJ Nº. 11.516.859/0001-74.
VALOR: R$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).
DATA: 16 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

006103